



EDITAL DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO REGIDO PELA LEI FEDERAL Nº 14.133/2021

PREGÃO ELETRÔNICO SOB SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 54/2024

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº: 118/2024

PROCESSO LICITATÓRIO REGIDO PELA LEI FEDERAL Nº 14.133/2021

MODO DE DISPUTA: ABERTO

TIPO: MENOR PREÇO POR LOTE

ÓRGÃOS REQUISITANTES: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, SECRETARIA MUNICIPAL DE POLÍTICAS SOCIAIS, SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA, OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS, SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS, SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO DE PESSOAS, SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO URBANO E MEIO AMBIENTE, SECRETARIA MUNICIPAL DE TRÂNSITO E TRANSPORTE, SUPERINTENDÊNCIA MUNICIPAL DE CULTURA, SUPERINTENDÊNCIA MUNICIPAL DE ESPORTES, SUPERINTENDÊNCIA MUNICIPAL DE GESTÃO DE RECURSOS MATERIAIS, CHEFIA DE GABINETE, PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO E SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO.

PREFERÊNCIA ME/EPP/EQUIPARADAS: NÃO

INÍCIO DO ACOLHIMENTO DE PROPOSTAS: 04/09/2024 – as 17h00min

ABERTURA DA SESSÃO: 19/09/2024 – as 09h00min

ABERTURA DAS PROPOSTAS COMERCIAIS: 19/09/2024 – as 09h01min

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE DEDETIZAÇÃO, DESINFECÇÃO E DESENTUPIMENTOS EM GERAL.

1-Torna-se público, para conhecimento dos interessados, que o Município de Pouso Alegre, por meio da Superintendência de Gestão de Recursos Materiais, sediada na Rua Lucy Vasconcelos Teixeira, nº 230, Bairro Mirante do Paraíso, na cidade de Pouso Alegre/MG, CEP 37560-000, realizará licitação, na modalidade PREGÃO para registro de preços, na forma ELETRÔNICA, nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, do Decreto nº 11.462, de 31 de março de 2023, do Decreto 5.773 de 07 de dezembro de 2023 e demais legislações pertinentes estabelecidas neste Edital.

2 – O Edital e seus Anexos poderão ser obtidos gratuitamente no site da Prefeitura Municipal de Pouso Alegre (MG), através do endereço eletrônico www.pousoalegre.mg.gov.br e na Plataforma de Licitações Portal de Compras Públicas, através do endereço eletrônico <https://www.portaldecompraspublicas.com.br/>.

3 - Toda e qualquer alteração que possivelmente ocorrer neste Edital, tais como errata, adendo, suspensão ou revogação, deverá ser consultada pelos pretendentes licitantes no endereço eletrônico <https://www.portaldecompraspublicas.com.br/>, bem como, no site da Prefeitura Municipal <https://pousoalegre.mg.gov.br/>.

4 - A Administração não se responsabilizará caso o pretenso licitante não visualize a alteração nos Sites supracitados, consequentemente desconhecendo o teor dos Avisos publicados.

5 - Os trabalhos serão conduzidos pelo Sr. Gilbert Pereira Castro, Agente de Contratação / Pregoeiro Municipal e pela Equipe de Apoio, integrada por: Adriana Mara dos Santos, Elton Garcia, designados através da portaria nº 03 de 07 (sete) de fevereiro de 2024.

6 - Não havendo expediente na data supracitada, a data limite para encaminhamento das Propostas Comerciais, bem como, a data para a sessão do Pregão ficará prorrogada para o primeiro dia útil subsequente, nos mesmos termos e horários.

7 - O encaminhamento das propostas deverá ser efetuado até a data e horário fixados para abertura da sessão pública.



1. DO OBJETO

1.1. O objeto do presente licitação é **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE DEDETIZAÇÃO, DESINFECÇÃO E DESENTUPIAMENTOS EM GERAL**, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

1.2. O critério de julgamento adotado será o **MENOR PREÇO POR LOTE**, observadas as exigências contidas neste Edital e seus Anexos quanto às especificações do objeto.

2. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS:

2.1.1. SECRETARIA MUNICIPAL DE POLÍTICAS SOCIAIS

FICHA	DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA	DESCRIÇÃO	TIPO DE RECURSO
303	02.006.000.0008.0244.0025.2032.33 390390000000000000. VÍNCULO: 15000000000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA - MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE POLITICAS SOCIAIS	PRÓPRIO
FICHA	DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA	DESCRIÇÃO	TIPO DE RECURSO
918	02.016.000.0008.0244.0025.2034.33 390390000000000000 VÍNCULO: 16610000000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA - MANUTENCAO DO PISO MINEIRO DE ASSISTENCIA SOCIAL	VINCULADO

2

2.1.2. SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

FICHA	DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA	DESCRIÇÃO	TIPO DE RECURSO
605	02.011.000.0010.0122.0002.2102.3339039 000000000000 VÍNCULO: 15000001002	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	SAÚDE
FICHA	DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA	DESCRIÇÃO	TIPO DE RECURSO
656	02.011.000.0010.0301.0002.2157.3339039 000000000000 VÍNCULO: 15000001002	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	SAÚDE
FICHA	DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA	DESCRIÇÃO	TIPO DE RECURSO
1292	02.011.000.0010.0302.0003.2103.3339039 000000000000 VÍNCULO: 15000001002	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	SAÚDE
FICHA	DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA	DESCRIÇÃO	TIPO DE RECURSO



684	02.011.000.0010.0302.0002.2224.3339039 000000000000 VÍNCULO: 15000001002	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	SAÚDE
FICHA	DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA	DESCRIÇÃO	TIPO DE RECURSO
1394	02.011.000.0010.0305.0002.2130.3339039 000000000000 VÍNCULO: 15000001002	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	SAÚDE

2.1.3. SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

FICHA	DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA	DESCRIÇÃO	TIPO DE RECURSO
438	02.007.000.0012.0365.0027.2227.333903 900000000000. VÍNCULO: 15500000000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	QESE - TRANSFERÊNCIA DO SALÁRIO- EDUCAÇÃO
FICHA	DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA	DESCRIÇÃO	TIPO DE RECURSO
379	02.007.000.0012.0361.0027.2060.333903 900000000000. VÍNCULO: 15500000000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	QESE - TRANSFERÊNCIA DO SALÁRIO- EDUCAÇÃO

3

2.1.4. SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA, OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS.

FICHA	DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA	DESCRIÇÃO	TIPO DE RECURSO
556	02.009.000.0004.0122.0029.2090.333903 900000000000 VÍNCULO: 15000000000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA – MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE OBRAS E INFRAESTRUTURA	GERAL

2.1.5. SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

FICHA	DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA	DESCRIÇÃO	TIPO DE RECURSO
949	02.020.000.0004.0122.0045.2686.333903 900000000000. VÍNCULO: 15000000000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	PRÓPRIO

2.1.6. SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO.

FICHA	DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA	DESCRIÇÃO	TIPO DE
-------	----------------------	-----------	---------



			RECURSO
191	02.003.0004.0122.0001.2009.3.3.90.39.0 0 VÍNCULO: 150000000000	MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO, OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA.	GERAL
FICHA	DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA	DESCRIÇÃO	TIPO DE RECURSO
203	02.003.000.0020.0606.0010.2010.333903 900 VÍNCULO: 150000000000	MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE AGRICULTURA , PECUÁRIA E ABASTECIMENTO, OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS-PESSOA JURÍDICA	GERAL

2.1.7. SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS

FICHA	DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA	DESCRIÇÃO	TIPO DE RECURSO
473	02.008.2087.0004.0123.0028.3.39039000 000 VÍNCULO: 150000000000	MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE AGRICULTURA , PECUÁRIA E ABASTECIMENTO, OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS-PESSOA JURÍDICA	GERAL

4

2.1.8. SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO DE PESSOAS

FICHA	DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA	DESCRIÇÃO	TIPO DE RECURSO
830	02.014.000.0004.0122.0038.2189.333903 900000000000 VÍNCULO: 150000000000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS-PESSOA JURÍDICA	GERAL

2.1.9. SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO URBANO E MEIO AMBIENTE

FICHA	DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA	DESCRIÇÃO	TIPO DE RECURSO
582	02.010.000.0004.0122.0030.2094.333903 900000000000. VÍNCULO: 150000000000	MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE PLANEJAMENTO - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS -PESSOA JURÍDICA	GERAL

2.1.10. SECRETARIA MUNICIPAL DE TRÂNSITO E TRANSPORTES

FICHA	DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA	DESCRIÇÃO	TIPO DE RECURSO
-------	----------------------	-----------	-----------------



867	02.015.000.0026.0782.0041.2198.333903 9000000000000 VÍNCULO: 150000000000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	GERAL
-----	---	---	--------------

2.1.11. SUPERINTENDÊNCIA MUNICIPAL DE CULTURA

FICHA	DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA	DESCRIÇÃO	TIPO DE RECURSO
974	02.015.000.0026.0782.0041.2198.333903 9000000000000 VÍNCULO: 150000000000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	GERAL

2.1.12. SUPERINTENDÊNCIA MUNICIPAL DE ESPORTES

FICHA	DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA	DESCRIÇÃO	TIPO DE RECURSO
1514	02.012.000.0004.0122.0035.2172.333903 9000000000000 VÍNCULO: 150000000000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	GERAL

2.1.13. SUPERINTENDENCIA MUNICIPAL DE GESTÃO DE RECURSOS MATERIAIS

FICHA	DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA	DESCRIÇÃO	TIPO DE RECURSO
178	02.002.000.0004.0122.0004.2007.333903 9000000000000 VÍNCULO: 150000000000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	GERAL

2.1.14. CHEFIA DE GABINETE

FICHA	DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA	DESCRIÇÃO	TIPO DE RECURSO
161	02.001.000.0004.0122.0011.2005.333903 9000000000000 VÍNCULO: 150000000000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	GERAL

2.1.15. PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

FICHA	DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA	DESCRIÇÃO	TIPO DE RECURSO
816	02.013.000.0004.0122.0001.2188.333903 9000000000000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	GERAL



	VÍNCULO: 150000000000		
--	-----------------------	--	--

3. DO CREDENCIAMENTO NO PORTAL COMPRAS PÚBLICAS

3.1. Para acesso ao sistema eletrônico, os interessados em participar do Pregão deverão estar credenciados junto ao Portal Compras Públicas, provedores do sistema eletrônico.

3.2. Qualquer informação acerca do credenciamento poderá ser obtida através do site <http://www.portaldecompraspublicas.com.br/18/>, conforme instruções nele contidas e ainda, junto ao Departamento de Licitações da Prefeitura de Pouso Alegre, telefone nº (35) 3449-4023 ou pelo e-mail: licitapamg@gmail.com.

3.3. O Município de Pouso Alegre não possui autonomia para intervir no credenciamento dos fornecedores para obtenção da chave e senha de acesso, haja vista ser este procedimento de exclusiva responsabilidade do Portal Compras Público, provedor do sistema eletrônico.

3.4. O credenciamento junto ao provedor do sistema implica a responsabilidade do licitante ou de seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes a este Pregão.

3.5. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluídos a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

3.6. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no **PORTAL DE COMPRAS PÚBLICAS** e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

4. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

4.1. Poderão participar deste Pregão interessados cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto desta licitação, e que estejam com Credenciamento regular no **PORTAL DE COMPRAS PÚBLICAS**.

4.2. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluídos a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

4.3. É de responsabilidade de o cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

4.4. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

4.5. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021, para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123, de 2006.

4.5.1. A obtenção do benefício a que se refere o item anterior fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos



com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

4.5.2. Será destinado à ampla competição, nos termos do supracitado dispositivo legal.

4.6. NÃO PODERÃO DISPUTAR ESTA LICITAÇÃO:

4.6.1. Aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

4.6.2. Autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

4.6.3. Empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

4.6.4. Pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

4.6.5. Estrangeiros que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;

4.6.6. Empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

4.6.7. Pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

4.6.8. Agente público do órgão ou entidade licitante;

4.6.9. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;

4.6.10. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei n.º 14.133, de 2021.

4.7. O impedimento de que trata o item 4.6.4. será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

4.8. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 4.6.2 e 4.6.3 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

4.9. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

4.10. O disposto nos itens 4.6.2 não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.



4.11. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da Lei nº 14.133/2021.

4.12. A vedação de que trata o item 4.6.8 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

4.13. É admitida a participação de empresa em recuperação judicial, desde que amparada em certidão emitida pela instância judicial competente, que certifique que a interessada está apta econômica e financeiramente a participar de procedimento licitatório, conforme atual entendimento do TCU.

5. DO CONSÓRCIO

5.1. Será permitida a participação de pessoa jurídica em consórcio, observadas as seguintes normas, em conformidade com o artigo 15 da Lei 14.133/2021:

5.2. Deverá haver a comprovação de compromisso público ou particular de constituição do consórcio, subscrito pelos consorciados;

5.3. Deverá ser indicada qual a empresa líder do consórcio, que será responsável por sua representação perante a Administração;

5.4. Para efeito de habilitação técnica, será admitido o somatório dos quantitativos de cada consorciado;

5.5. Para efeito de habilitação econômico-financeira, será admitido o somatório dos valores de cada consorciado;

5.5.1. Haverá um acréscimo de 10 % sobre o valor exigido para o licitante individual, não se aplicando aos consórcios compostos, em sua totalidade, de microempresas e pequenas empresas.

5.6. A empresa consorciada estará impedida de participar de mais de um consórcio ou de forma isolada na mesma licitação;

5.7. Os integrantes são responsáveis solidariamente pelos atos praticados tanto na fase de licitação quanto na fase de execução do contrato;

5.8. Caso o licitante em consórcio seja o vencedor do certame, deverá promover, antes da celebração da ata/contrato, a constituição e o registro do consórcio, nos termos do compromisso firmado;

5.9. Poderá ser estabelecido limite máximo de empresas consorciadas, desde que haja justificativa técnica;

5.10. Será permitida a substituição de consorciado, desde que expressamente autorizada pelo órgão contratante, estando a substituição condicionada à comprovação de que a nova empresa do consórcio possui, no mínimo os mesmos quantitativos para efeito de habilitação técnica e os mesmos valores para efeito de qualificação econômico-financeira apresentados pela empresa substituída para fins de habilitação do consórcio no processo licitatório que originou o contrato.

6. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

6.1. Até 03 (três) dias úteis antes da data designada para a abertura da sessão pública, qualquer pessoa poderá impugnar este Edital, conforme regulado pelo artigo 164 e seguintes da Lei Federal nº 14.133/2021.

6.2. A impugnação deverá ser enviada exclusivamente por meio eletrônico, em campo próprio do Sistema Portal de Compras Públicas no endereço eletrônico www.portaldecompraspublicas.com.br.



6.3. Caberá ao Pregoeiro, auxiliado pelo setor técnico competente, decidir sobre a impugnação no prazo de até 3 (três) dias úteis.

6.4. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame, exceto quando, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação de propostas.

6.5. Os pedidos de esclarecimentos referentes a este processo licitatório deverão ser enviados ao Pregoeiro, até 03 (três) dias úteis anteriores à data designada para abertura da sessão pública, exclusivamente por meio eletrônico, em campo próprio do Sistema Portal de Compras Públicas no endereço eletrônico www.portaldecompraspublicas.com.br.

6.6. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

6.7. A participação no certame, sem que tenha sido tempestivamente impugnado o presente Edital, implica na aceitação por parte dos interessados das condições nele estabelecidas.

6.8. As respostas às impugnações e aos esclarecimentos solicitados, bem como outros avisos de ordem geral, serão cadastradas no sítio www.portaldecompraspublicas.com.br, sendo de responsabilidade dos licitantes, seu acompanhamento.

6.9. Não serão conhecidas as impugnações apresentadas após o respectivo prazo legal ou, no caso de empresas, que estejam subscritas por representante não habilitado legalmente ou não identificado no processo para responder pela proponente.

6.10. A petição de impugnação apresentada por empresa deve ser firmada por sócio, pessoa designada para a administração da sociedade empresária, ou procurador, e vir acompanhada, conforme o caso, de estatuto ou contrato social e suas posteriores alterações, se houver, do ato de designação do administrador, ou de procuração pública ou particular (instrumento de mandato com poderes para impugnar o Edital).

7. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA

7.1. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

7.2.1. Está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infra legais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

7.2.2. Não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

7.2.3. Não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

7.2.4. Declaração de que cumpre com a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas em outras normas específicas, conforme dispõe o art. 116 da Lei n. 14.133/2021 e os arts. 51 e 53 do Decreto Federal nº 9.579/2018.

7.3. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.4. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei n.º 14.133, de 2021.



7.5. Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

7.6. Até a abertura da sessão pública, os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta anteriormente inserida no sistema;

7.7. Não será estabelecida, nessa etapa do certame, ordem de classificação entre as propostas apresentadas, o que somente ocorrerá após a realização dos procedimentos de negociação e julgamento da proposta.

7.8. Os documentos que compõem a proposta e a habilitação do licitante melhor classificado somente serão disponibilizados para avaliação do pregoeiro e para acesso público após o encerramento do envio de lances, quando estes forem solicitados que sejam anexados antes da sessão pública.

7.9. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

7.10. A proposta de preços deverá ser enviada exclusivamente via sistema, redigida em idioma nacional, sem cotações alternativas, descrições que identifiquem a licitante, emendas, rasuras ou entrelinhas;

7.11 Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico sua proposta com a descrição do objeto ofertado e o preço, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública, quando, então, encerrar-se-á automaticamente a etapa de envio dessa documentação.

7.12 A proposta deverá ser apresentada de acordo com:

7.12.1 A identificação/descrição do objeto ofertado, de forma a permitir que o Pregoeiro possa facilmente constatar que as especificações no presente Pregão foram ou não atendidas, observadas as especificações constantes no presente Edital;

7.12.2 O preço unitário e preço total cotados em reais, com no máximo 02 (dois) algarismos decimais após a vírgula;

7.12.3 O prazo de validade da proposta, que não poderá ser inferior a 60 (sessenta) dias, contados da data limite para apresentação da proposta, após convocação do Pregoeiro;

7.13 O número do item ofertado deverá corresponder com suas respectivas quantidades;

7.14 Havendo divergência entre o valor unitário e total, prevalecerá o valor unitário;

7.15 Serão desconsideradas as propostas que apresentarem alternativas de preços ou qualquer outra condição não prevista neste Edital;

7.16 É vedada a cotação de preços diferenciados em razão de local de entrega ou em razão da forma e do local de acondicionamento ou qualquer outro motivo.

7.17 Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam a proponente.

8. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

8.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

8.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.



- 8.2.1. Será desclassificada a proposta que identifique o licitante.
- 8.2.3. A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.
- 8.2.4. A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.
- 8.3. O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.
- 8.4. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.
- 8.5. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.
- 8.6. O lance deverá ser ofertado pelo valor total do lote.
- 8.7. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.
- 8.8. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ou percentual de desconto superior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.
- 8.9. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de **R\$ 0,01 (um centavo)**
- 8.10. O licitante poderá uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível.
- 8.11. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado.
- 8.12. Nesta licitação para envio de lances no pregão eletrônico será adotado o modo de disputa “aberto”, onde os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.**
- 8.12.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.
- 8.12.2. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.
- 8.12.3. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.
- 8.12.4. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.
- 8.12.5. Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.
- 8.13. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.



8.14. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

8.15. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

8.16. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

8.17. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

8.18. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

8.19. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015.

8.19.1. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

8.19.2. A melhor classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

8.19.3. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

8.19.4. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

8.20. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

8.20.1 Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, nesta ordem:

8.20.1.1. Disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

8.20.1.2. Avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei; desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

8.20.1.3. Desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.



8.20.2. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

8.20.2.1. Empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;

8.20.2.2. Empresas brasileiras;

8.20.2.3. Empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País, empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

8.21. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

8.21.1. Negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

8.21.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

8.21.3. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

8.21.4. O pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de 2 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

8.22. É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

8.23. Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

9. DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA VENCEDORA

9.1. Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro com auxílio da área técnica examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital, observado o disposto no artigo 14 da Lei federal nº 14.133/2021.

9.2. Será desclassificada a proposta ou o lance vencedor que apresentar preço final superior ao preço máximo fixado (Acórdão nº 1455/2018 -TCU - Plenário), desconto menor do que o mínimo exigido ou que apresentar preço manifestamente inexequível.

9.2.1. Considera-se inexequível a proposta que apresente preços global ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da licitação não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio licitante, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração.

9.3. Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento das propostas, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, 24 (vinte e quatro) horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata;

9.4. O Pregoeiro poderá convocar o licitante para enviar documento digital complementar, por meio de funcionalidade disponível no sistema, no prazo a ser estabelecido, sob pena de não aceitação da proposta.



9.4.1. É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

9.4.2. Dentre os documentos passíveis de solicitação pelo Pregoeiro, destacam-se os que contenham as características do material ofertado, tais como marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, além de outras informações pertinentes, a exemplo de catálogos, folhetos ou propostas, encaminhados por meio eletrônico, ou, se for o caso, por outro meio e prazo indicados pelo Pregoeiro, sem prejuízo do seu ulterior envio pelo sistema eletrônico, sob pena de não aceitação da proposta.

9.4.3. Caso a compatibilidade com as especificações demandadas, sobretudo quanto a padrões de qualidade e desempenho, não possa ser aferida pelos meios previstos nos subitens acima, o Pregoeiro exigirá que o licitante classificado em primeiro lugar apresente o catálogo e/ou amostra, sob pena de não aceitação da proposta, no local e prazo a ser indicado.

9.4.3.1. Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.

9.4.3.2. Os exemplares colocados à disposição da Administração serão tratados como protótipos, podendo ser manuseados e desmontados pela equipe técnica responsável pela análise, não gerando direito a ressarcimento.

9.4.3.3. Os licitantes deverão colocar à disposição da Administração todas as condições indispensáveis à realização de testes e fornecer, sem ônus, os manuais impressos em língua portuguesa, necessários ao seu perfeito manuseio, quando for o caso.

9.5. Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, o Pregoeiro examinará a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.

9.6. O Pregoeiro poderá encaminhar, por meio do sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que apresentou o lance mais vantajoso, com o fim de negociar a obtenção de melhor preço, vedada a negociação em condições diversas das previstas neste Edital.

9.7. Também nas hipóteses em que o Pregoeiro não aceitar a proposta e passar à subsequente, poderá negociar com o licitante para que seja obtido preço melhor.

9.8. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

9.9. Nos itens não exclusivos para a participação de microempresas e empresas de pequeno porte, sempre que a proposta não for aceita, e antes de o Pregoeiro passar à subsequente, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida, se for o caso.

9.10. DEMAIS DOCUMENTOS A SEREM ENTREGUE JUNTO COM A PROPOSTA:

9.10.1. A contratada deverá apresentar licença ambiental ou certificado expedido pelo órgão ambiental competente, ou outro órgão de fiscalização, autorizando a exercer a atividade pertinente ao objeto dos lotes, bem como Alvará Sanitário vigente (em nome da empresa).

9.10.2. Não serão aceitos atestados ou declarações emitidas pelo licitante em seu próprio nome, nem algum outro que não tenha originado de contratação.

10. DO ENCAMINHAMENTO DA PROPOSTA VENCEDORA

10.1. A proposta reformulada do licitante declarado vencedor deverá ser encaminhada no prazo de até 2h00 (duas horas), a contar da solicitação do Pregoeiro no sistema eletrônico e deverá:



10.1.1. Ser redigida em língua portuguesa, datilografada ou digitada, em uma via, sem emendas, rasuras, entrelinhas ou ressalvas, devendo a última folha ser assinada e as demais rubricadas pelo licitante ou seu representante legal.

10.1.2. Conter a indicação do banco, número da conta e agência do licitante vencedor, para fins de pagamento.

10.2. A proposta final será ser documentada nos autos e será levada em consideração no decorrer da execução do contrato e aplicação de eventual sanção à Contratada, se for o caso.

10.2.1. Todas as especificações do objeto contidas na proposta, tais como marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, vinculam a Contratada.

10.3. Os preços deverão ser expressos em moeda corrente nacional, o valor unitário em algarismos e o valor global em algarismos e por extenso (art. 12 da Lei nº 14.133/2021).

10.3.1. Ocorrendo divergência entre os preços unitários e o preço global, prevalecerão os primeiros; no caso de divergência entre os valores numéricos e os valores expressos por extenso, prevalecerão estes últimos.

10.4. A oferta deverá ser firme e precisa, limitada, rigorosamente, ao objeto deste Edital, sem conter alternativas de preço ou de qualquer outra condição que induza o julgamento a mais de um resultado, sob pena de desclassificação.

10.5. A proposta deverá obedecer aos termos deste Edital e seus Anexos, não sendo considerada aquela que não corresponda às especificações ali contidas ou que estabeleça vínculo à proposta de outro licitante.

10.6. As propostas que contenham a descrição do objeto, o valor e os documentos complementares estarão disponíveis na internet, após a homologação.

11. DA HABILITAÇÃO

11.1. Os documentos previstos no Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos artigos 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021.

11.1.1. Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do licitante detentor da proposta classificada em primeiro lugar, o Pregoeiro verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

a) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (www.portaldatransparencia.gov.br/ceis);

b) Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça (www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php).

c) Lista de Inidôneos e o Cadastro Integrado de Condenações por Ilícitos Administrativos - CADICON, mantidos pelo Tribunal de Contas da União - TCU;

11.1.2. Caso conste na Consulta de *Situação do Fornecedor* a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o gestor diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

11.1.3 A tentativa de burlar será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

11.1.4. O licitante será convocado para manifestação previamente à sua desclassificação.



11.1.5. Constatada a existência de sanção, o Pregoeiro reputará o licitante inabilitado, por falta de condição de participação.

11.1.5.1. No caso de inabilitação, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente.

11.1.6. Havendo a necessidade de envio de documentos de habilitação complementares, necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados, o licitante será convocado a encaminhá-los, em formato digital, via sistema, no prazo a ser pré-estabelecido, sob pena de inabilitação.

11.1.7. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais, quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital.

11.1.8. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

11.1.9. Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no “chat” a nova data e horário para a continuidade da mesma.

11.1.10. Será inabilitado o licitante que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Edital.

11.1.11. Nos itens não exclusivos a microempresas e empresas de pequeno porte, em havendo inabilitação, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente.

11.1.12. O licitante provisoriamente vencedor em um item, que estiver concorrendo em outro item, ficará obrigado a comprovar os requisitos de habilitação cumulativamente, isto é, somando as exigências do item em que venceu às do item em que estiver concorrendo, e assim sucessivamente, sob pena de inabilitação, além da aplicação das sanções cabíveis.

11.1.13. Não havendo a comprovação cumulativa dos requisitos de habilitação, a inabilitação recairá sobre o(s) item (ns) de menor (es) valor (es) cuja retirada(s) seja(m) suficiente(s) para a habilitação do licitante nos remanescentes.

11.1.14. Constatado o atendimento às exigências de habilitação fixadas no Edital, o licitante será declarado vencedor.

11.1.15. Se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

11.1.16. Serão aceitos registros de CNPJ de licitante matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

11.2. HABILITAÇÃO JURÍDICA:

a) **Registro comercial**, no caso de empresa individual;

b) **Ato constitutivo** e alterações subsequentes devidamente registrados, em se tratando de sociedade comercial, e no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores;

c) **Inscrição do ato constitutivo**, no caso de sociedades civis, acompanhada da prova de diretoria em exercício;



d) **Decreto de autorização**, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no país, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir;

e) Em se tratando de Micro Empreendedor Individual – MEI, o Contrato Social ou Estatuto poderá ser substituído pelo **Certificado da Condição de Micro Empreendedor Individual – CCMEI**.

11.2.1. Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva;

11.3. REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA:

a) Prova de inscrição no **Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ)**;

b) Inscrição no cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual.

c) Prova de regularidade para com a **Fazenda do Município** da sede ou domicílio da licitante, relativa aos tributos mobiliários e imobiliários, dentro do prazo de validade.

d) Prova de regularidade para com a **Fazenda Federal**, mediante a apresentação de Certidão Conjunta de Débitos Relativos a Tributos Federais e Dívida Ativa da União, expedida pela Secretaria da Receita Federal, dentro do prazo de validade.

e) Prova de regularidade para com a **Fazenda Estadual**, que deverá ser feita através da apresentação da Certidão Negativa de Débitos – CND, dentro do prazo de validade.

f) Prova de regularidade para com o **Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS**, que deverá ser feita através da apresentação do CRF, emitido pela Caixa Econômica Federal, dentro do prazo de validade.

g) **Prova da regularidade dos Débitos Trabalhistas**, de acordo com a Lei Federal 12.440/2011, dentro do prazo de validade.

h) **As microempresas e empresas de pequeno porte**, por ocasião da participação neste certame, deverão apresentar toda a documentação exigida para a comprovação de regularidade fiscal e trabalhista, mesmo que esta apresente alguma restrição;

I) Havendo alguma restrição na comprovação da **regularidade fiscal e trabalhista**, será assegurado o prazo de **05 (cinco) dias úteis, a contar da convocação do Pregoeiro para apresentação**, prorrogáveis por igual período, a critério da Prefeitura Municipal de Pouso Alegre, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas, com efeito, de certidão negativa;

II) A não regularização da documentação, no prazo previsto no subitem anterior, implicará na **decadência do direito à contratação**, sem prejuízo das sanções previstas neste edital, procedendo-se a convocação dos licitantes para, em sessão pública, retomar os atos referentes ao procedimento licitatório.

11.3.1. As **certidões que não possuem especificação a respeito do prazo** de validade serão aceitas com **até 90 (noventa) dias** da data de sua expedição.

11.4. QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA.

a) **Certidão Negativa de Falência**, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, em data não anterior a sessenta dias da abertura da sessão pública deste PREGÃO, se outro prazo não constar do documento.



b) Empresas em **recuperação judicial** deverão apresentar um dos seguintes documentos:

b.1) Apresentar certidão emitida pela instância judicial competente que certifique que está apta econômica e financeiramente a participar de processo licitatório nos termos das Leis 14.133/2021; ou

b.2) Plano de Recuperação já homologado pelo juízo competente e em pleno vigor, sem prejuízo do atendimento a todos os requisitos de habilitação econômico-financeira estabelecidos no edital.

11.5. DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

11.5.1. Atestado de Capacidade Técnica, fornecido por Pessoa Jurídica de Direito Público ou Privado, em papel timbrado, comprovando a entrega dos produtos/objetos desta licitação ou similares.

12. DOS RECURSOS

12.1. Declarado o vencedor e decorrida a fase de regularização fiscal e trabalhista da licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte, se for o caso, será concedido o prazo de no mínimo 10 (dez) minutos, para que qualquer licitante manifeste a intenção de recorrer, de forma motivada, isto é, indicando contra qual(is) decisão(ões) pretende recorrer e por quais motivos, em campo próprio do sistema.

12.2. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.

12.3. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

12.4. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

12.4.1. a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão; o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

12.4.2. na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no § 1º do art. 17 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento.

12.5. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

12.6. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

12.7. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

12.8. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

12.9. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

12.10. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

12.11. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no sítio eletrônico em que estará sendo realizada a sessão.



13. DA REABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA

13.1. A sessão pública poderá ser reaberta:

13.1.1. Nas hipóteses de provimento de recurso que leve à anulação de atos anteriores à realização da sessão pública precedente ou em que seja anulada a própria sessão pública, situação em que serão repetidos os atos anulados e os que dele dependam.

13.1.2. Quando houver erro na aceitação do preço melhor classificado ou quando o licitante declarado vencedor não assinar o contrato, não retirar o instrumento equivalente ou não comprovar a regularização fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, §1º da LC nº 123/2006. Nessas hipóteses, serão adotados os procedimentos imediatamente posteriores ao encerramento da etapa de lances.

13.2. Todos os licitantes remanescentes deverão ser convocados para acompanhar a sessão reaberta.

13.2.1. A convocação se dará por meio do sistema eletrônico (“chat”) ou e-mail, de acordo com a fase do procedimento licitatório.

14. DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

14.1. O objeto da licitação será adjudicado ao licitante declarado vencedor, por ato do Pregoeiro, caso não haja interposição de recurso, ou pela autoridade competente, após a regular decisão dos recursos apresentados.

14.2. Após a fase recursal, constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente homologará o procedimento licitatório.

15. DA GARANTIA

15.1. Garantia do objeto conforme Termo de Referência e/ou legislação vigente.

16. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS OU INSTRUMENTO EQUIVALENTE

16.1. Homologado o resultado da licitação, o licitante melhor classificado terá o prazo de 05 (cinco) dias, contados a partir da data de sua convocação, para assinar a Ata de Registro de Preços, cujo prazo de validade encontra-se nela fixado, sob pena de decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

16.2. O prazo de convocação poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, mediante solicitação do licitante mais bem classificado ou do fornecedor convocado, Conforme art. 19, § 1º, do Decreto nº 11.462/23, desde que:

16.2.1. a solicitação seja devidamente justificada e apresentada dentro do prazo; e

16.2.2. a justificativa apresentada seja aceita pela Administração.

16.3. A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no sistema de registro de preços.

16.4. Serão formalizadas tantas Atas de Registro de Preços quantas forem necessárias para o registro de todos os itens constantes no Termo de Referência, com a indicação do licitante vencedor, a descrição do(s) item(ns), as respectivas quantidades, preços registrados e demais condições.

16.5. Conforme art. 18, § 4º, do Decreto nº 11.462/23, o preço registrado, com a indicação dos fornecedores, será divulgado no PNCP e disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.



16.6. Conforme Art. 21 do Decreto nº 11.462/23, a existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

16.7. Na hipótese de o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidas, conforme Art. 21 do Decreto nº 11.462/23, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

17. DOS PREÇOS, REVISÃO, REAJUSTE E REPACTUAÇÃO

17.1. Os preços que vigorarão no ajuste serão aqueles ofertados pela licitante vencedora.

17.2. O (s) preço (s) ofertado (s) deverão incluir todos os custos diretos e indiretos da proponente, inclusive encargos sociais, trabalhistas e fiscais que recaiam sobre o objeto licitado, e constituirá a única e completa remuneração pela sua execução.

17.3. Os preços inicialmente contratados são fixos e irremovíveis no prazo de um ano, contado da data do orçamento estimado, em 07/08/2024.

17.3.1. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo contratante, do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

17.3.2. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

17.3.3. No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o contratante pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo.

17.3.4. Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.

17.3.5. Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

17.3.6. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

17.3.7. O reajuste será realizado por apostilamento.

17.4. Na hipótese de sobrevirem fatos imprevisíveis ou previsíveis, porém de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, ou ainda, em caso de força maior, caso fortuito, ou fato do príncipe, configurando álea econômica extraordinária e extracontratual, a relação que as partes pactuaram inicialmente entre os encargos da empresa contratada e a retribuição do Município de Pouso Alegre/MG para a justa remuneração dos produtos poderá ser revisada, objetivando a manutenção do equilíbrio econômico - financeiro inicial do contrato.

17.5. A revisão de preços do contrato se traduz em condição excepcional de ajuste financeiro, admitida a qualquer tempo, para, repondo perdas excessivas e imprevisíveis, restabelecer a relação entre encargos do contrato e retribuição pelo Município de modo a manter as condições essenciais de continuidade do vínculo contratual.



17.6. Para autorizar a revisão de preço, o desequilíbrio econômico-financeiro ocorrido deverá ser retardador ou impeditivo da execução do ajustado, o que ocorre quando a retribuição paga pelo Município não é suficiente para saltar a totalidade dos custos contratuais em virtude de ocorrência de fato excepcional.

17.7. Defasagens financeiras ao longo do contrato são admissíveis, fazendo parte da álea econômica ordinária, devendo ser suportadas pela contratada até a data-base do reajuste ou repactuação (quando for o caso).

17.8. Quaisquer tributos ou encargos legais criados, alterados ou extintos, bem como a superveniência de disposições legais, quando ocorridas após a data de apresentação da proposta, de comprovada repercussão nos preços contratados, implicarão a revisão destes para mais ou menos, conforme o caso.

17.9. Na hipótese da empresa contrata da solicitar alteração de preço, a mesma terá que justificar o pedido, através de planilha detalhada de custos, acompanhada de documentos que comprovem a procedência do pedido, tais como: lista de preços de fabricantes, notas fiscais de aquisição de produtos, etc.

17.10. O pedido de revisão de preços obriga o detalhamento e a avaliação de todos os preços do contrato, constantes da respectiva planilha de custos, mediante pesquisa e comprovação documental pela contratada, podendo importar em aumento ou redução do valor contratado, conforme as constatações de oscilações apuradas.

17.11. Na hipótese de solicitação de revisão de preços pela contratada, esta deverá comprovar o desequilíbrio econômico-financeiro, em prejuízo da Municipalidade.

17.12. Fica facultado ao Município de Pouso Alegre realizar ampla pesquisa de mercado para subsidiar, em conjunto com a análise dos requisitos dos itens anteriores a decisão quanto à revisão de preços solicitada pela empresa contratada.

17.13. A eventual autorização da revisão de preços será concedida após a análise técnica e jurídica do Município de Pouso Alegre/MG, porém contemplará os produtos fornecidos a partir da data do protocolo do pedido no Protocolo Geral do Contratante, sendo lavrado termo aditivo.

17.14. Enquanto eventuais solicitações de revisão de preços estiverem sendo analisadas, a contratada não poderá suspender a entrega dos objetos nem a execução dos serviços e os pagamentos serão realizados aos preços vigentes.

17.15. O Município de Pouso Alegre/MG deverá, quando autorizada à revisão dos preços, lavrar Termo Aditivo com os preços revisados e emitir Nota de Empenho complementar inclusive para cobertura das diferenças devidas, sem juros e correção monetária, em relação aos produtos fornecidos após o protocolo do pedido de revisão.

17.16. O novo preço só terá validade após parecer da autoridade competente.

17.17. O diferencial de preço entre a proposta inicial da contratada e a pesquisa de mercado efetuada pelo Município de Pouso Alegre/MG na ocasião da abertura do certame bem como eventuais descontos concedidos pela contratada, serão sempre mantidos.

17.18. Durante a vigência do contrato, o preço registrado não poderá ficar acima dos praticados no mercado. Por conseguinte, independentemente de convocação pela Secretaria solicitante, no caso de redução, ainda que temporária, dos preços de mercado, a contratada obriga-se a comunicar à unidade o novo preço que substituirá o então registrado.

17.19. Durante a vigência da ata de registro de preços, o valor global será mantido pela contratada.

18. DO RECEBIMENTO DO OBJETO



18.1. Os critérios de recebimento e aceitação do objeto e de fiscalização estão previstos no Termo de Referência.

19. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA

19.1 A CONTRATANTE e a CONTRATADA deverão seguir as normas descritas no Termo de Referência da(s) Secretaria(s) Requisitante(s) constante do Anexo I do presente edital.

20. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS E DA RESCISÃO

20.1. São aplicáveis as sanções previstas no neste edital.

20.2. A rescisão contratual dar-se-á nos casos e termos previstos nos artigos 155 a 163 da Lei Federal nº 14.133/2021.

21. DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA

21.1. Após a homologação da licitação, será incluído na ata, na forma de anexo, o registro:

21.1.1. Dos licitantes que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário, observada a classificação na licitação; e

21.1.2. Dos licitantes que mantiverem sua proposta original.

21.2. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou fornecedores registrados na ata.

21.2.1. A apresentação de novas propostas na forma deste item não prejudicará o resultado do certame em relação ao licitante mais bem classificado.

21.2.2. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

21.3. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

21.3.1. Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital; ou

21.3.2. Quando houver o cancelamento do registro do fornecedor ou do registro de preços.

21.4. Na hipótese de nenhum dos licitantes que aceitaram cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário concordar com a contratação nos termos em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado, a Administração, observados o valor estimado e a sua eventual atualização na forma prevista no edital, poderá:

21.4.1. Convocar os licitantes que mantiveram sua proposta original para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

21.4.2. Adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, observada a ordem de classificação, quando frustrada a negociação de melhor condição.

22. DO PAGAMENTO



22.1. O pagamento dar-se-á nos moldes descritos no Termo de Referência da(s) Secretaria(s) Requisitante(s) constante do Anexo I do edital.

23. DOS PRAZOS

23.1. Os prazos dar-se-ão conforme descrito no Termo de Referência da(s) Secretaria(s) Requisitante(s) constante do Anexo I do edital.

24. DO LOCAL DE ENTREGA

24.1. O local de entrega será conforme descrito no Termo de Referência da(s) Secretaria(s) Requisitante(s) constante do Anexo I do edital.

25. MODALIDADE

25.1. A modalidade será conforme descrito no Termo de Referência da(s) Secretaria(s) Requisitante(s) constante do Anexo I do edital.

26. DA PROTEÇÃO E INFORMAÇÕES DE DADOS – LGPD

26.1. A empresa contratada deverá executar o objeto em “estrita observância dos ditames estabelecido pela Lei nº 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – LGPD)”

27. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

27.1. Da sessão pública do Pregão divulgar-se-á Ata no sistema eletrônico.

27.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

27.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília – DF.

27.4. No julgamento das propostas e da habilitação, o Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

27.5. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

27.6. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

27.7. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

27.8. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

27.9. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.



27.10. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

27.11. Consultas ao Edital e demais informações relativas a este Pregão, poderão ser realizadas por meio dos sites www.portaldecompraspublicas.com.br e <https://pousoalegre.mg.gov.br/>, e ainda junto ao Departamento de Compras e Licitações da Prefeitura de Pouso Alegre, telefone nº (35) 3449-4023.

27.12. As normas desta licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados e o desatendimento de exigências formais, desde que não comprometa a aferição da habilitação da licitante e nem a exata compreensão de sua proposta, não implicará o afastamento de qualquer licitante.

27.13. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA;
ANEXO II – MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
ANEXO III – MINUTA DE TERMO DE CONTRATO;

Pouso Alegre/MG, 30 de agosto de 2024

Suelene Marcondes de Souza Faria
SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Marcela Reis Severino do Nascimento
SECRETÁRIA MUNICIPAL DE POLÍTICAS SOCIAIS

Rosaly Esther Vilas Boas Mattozo
SECRETÁRIA MUNICIPAL DE SAÚDE.

Alexandre Luciano de Oliveira
SECRETÁRIO MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS

João Romão de Lima
SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

Silvestre Cândido de Sousa Turbino
SECRETÁRIO MUNICIPAL DE FINANÇAS



Roberto Francisco dos Santos
SECRETÁRIO MUNICIPAL DE GESTÃO DE PESSOAS

Renato Garcia de Oliveira Dias
SECRETÁRIO MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO URBANO E MEIO AMBIENTE

Márcio Eli Barbosa Júnior
SECRETÁRIO MUNICIPAL DE TRÂNSITO E TRANSPORTE

Regina Maria Franco A. de Brito
SUPERINTENDÊNCIA MUNICIPAL DE CULTURA

Rooney Ferreira e Souza
SUPERINTENDÊNCIA MUNICIPAL DE ESPORTES

Henrique Cassalho Guimarães
PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

Joel José de Faria
SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO.

25



ANEXO I

TERMO DE REFERÊNCIA

1 - DO OBJETO

CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE DEDETIZAÇÃO, DESINFECÇÃO E DESENTUPIMENTOS EM GERAL.

2 - ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS DO OBJETO E QUANTITATIVOS

2.1. O quantitativo para prestação dos serviços de dedetização de controle de vetores, pragas urbanas, insetos, rastejantes, controle de roedores, bem como desinfecções e desentupimentos em geral se subdivide lotes.

2.2. Os quantitativos ainda se fracionam pelas necessidades dos prédios municipais conforme documento anexo constando o quantitativo específico de cada uma.

2.3. Os quantitativos totais com o somatório de todos os prédios municipais são:

LOTE 1

ITEM	OBJETO	UNIDADE	QTDE TOTAL
1	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE DEDETIZAÇÃO DE CONTROLE DE VETORES E PRAGAS URBANAS, INSETOS E RASTEJANTES, CONTROLE DE ROEDORES PARA ATENDER ÀS NECESSIDADES DOS PRÉDIOS MUNICIPAIS PRÓPRIOS E LOCADOS DA PREFEITURA MUNICIPAL	SERVIÇO M ²	476.135,9

LOTE 2

ITEM	OBJETO	UNIDADE	QTDE TOTAL
1	SERVIÇO DE LIMPEZA E DESENTUPIMENTO DE CAIXA DE GORDURA	SERVIÇO	353
2	SERVIÇO DE LIMPEZA E DESENTUPIMENTO DE CAIXA DE PASSAGEM	SERVIÇO	356
3	SERVIÇOS DE DESENTUPIMENTO EM GERAL : ESGOTOS, RALOS, TANQUES, PIAS E VASOS SANITARIOS	SERVIÇO	555

LOTE 3

ITEM	OBJETO	UNIDADE	QTDE TOTAL
1	SERVIÇO DE DESENTUPIMENTO DE CAIXA DE PASSAGEM ATRAVÉS DE CAMINHÃO HIDROJATO	SERVIÇO	206



LOTE 4

ITEM	OBJETO	UNIDADE	QTDE TOTAL
1	LIMPEZA E DESINFECÇÃO DE CAIXA D'ÁGUA 250L	SERVIÇO	120
2	LIMPEZA E DESINFECÇÃO DE CAIXA DE AGUA -1000L	SERVIÇO	401
3	LIMPEZA E DESINFECÇÃO DE CAIXA D'ÁGUA 6000L	SERVIÇO	26
4	LIMPEZA E DESINFECÇÃO DE CAIXA D'ÁGUA 8000L	SERVIÇO	20
5	LIMPEZA E DESINFECÇÃO DE CAIXA D'ÁGUA 10000L	SERVIÇO	32
6	LIMPEZA E DESINFECÇÃO DE CAIXA D'ÁGUA 15000L	SERVIÇO	22
7	LIMPEZA E DESINFECÇÃO DE CAIXA D'ÁGUA 20000L	SERVIÇO	16
8	LIMPEZA E DESINFECÇÃO DE CAIXA D'ÁGUA 45000L	SERVIÇO	26
9	LIMPEZA E DESINFECÇÃO DE CAIXA D'ÁGUA 3000L	SERVIÇO	40
10	LIMPEZA E DESINFECÇÃO DE CAIXA D'ÁGUA 150L	SERVIÇO	27
11	LIMPEZA E DESINFECÇÃO DE CAIXA D'ÁGUA 1500 L	SERVIÇO	26
12	LIMPEZA E DESINFECÇÃO DE CAIXA D'ÁGUA 2000 L	SERVIÇO	37
13	LIMPEZA E DESINFECÇÃO DE CAIXA DE AGUA -500L	SERVIÇO	419
14	LIMPEZA E DESINFECÇÃO DE CAIXA DE AGUA -5000L	SERVIÇO	122

27

LOTE 5

ITEM	OBJETO	UNIDADE	QTDE TOTAL
------	--------	---------	------------



1	LIMPEZA E DESINFECÇÃO DE AMBIENTE (ARREDORES E UNIDADE PREDIAL) INFECTADO POR DETRITOS DE ROEDORES, AVES, RESÍDUOS E DETRITOS DE COLUMBÍDEOS (POMBOS, POMBAS, PICAÚS, ROLAS E ROLINHAS) E INFESTAÇÃO DE ARACNÍDEOS	SERVIÇO M ²	474.882,69
---	--	---------------------------	------------

2.2. – LOTE 01: SERVIÇOS DE DEDETIZAÇÃO

2.2.1. Os serviços de dedetização serão executados, por unidade predial, tendo em vista a validade da prestação dos serviços, devendo ser ofertado o valor por m².

2.2.2. Os serviços de dedetização compreendem a execução das seguintes tarefas básicas: o controle e eliminação de vetores e pragas urbanas, a desinsetização, desratização, descupinização em todas as dependências (internas ou externas), em cada unidade a ser informada na ordem de serviço emitida pelo órgão solicitante. Sendo os animais identificados como cupins, baratas, formigas, mosquitos, aranhas, insetos, ratos, piolhos de pombos, abelhas, vespas, marimbondos e os rastejantes que incluem cobras e serpentes que adentrem as localidades.

2.2.3. Caberá à Beneficiária da Ata o fornecimento dos produtos, equipamentos, ferramentas e instrumentos necessários e suficientes à eficiente execução da Ata, comprometendo-se a empregar na execução dos serviços apenas materiais de qualidade, gel, pó químico, inseticida, iscas, produtos adequados, conforme a praga e vetor a ser combatido, devidamente reconhecido, atestado e aprovado pelos órgãos de controle sanitários Federal, Estadual e, se for o caso, Municipal.

2.2.4. Os produtos aplicados deverão ter seus efeitos garantidos pelo prazo mínimo de 06 meses e serem aprovados pelos órgãos controladores.

2.2.5. A Beneficiária da Ata deverá refazer os serviços de controle de pragas e vetores nas áreas em que for verificada a ineficácia dos serviços prestados, sem ônus para o Órgão Gerenciador, pelo prazo de até 48 (quarenta e oito) horas para serviços de caráter não emergencial e 24 (vinte e quatro) horas para serviços de caráter emergencial.

2.2.6. A BENEFICIÁRIA DA ATA deverá efetuar os serviços de desinsetização e desratização com a aplicação de produto químico de longo efeito residual – internamente (paredes, rodapés, cantos, arredores, teto) e externamente (paredes, cantos, gramas, rede sanitária, rede de águas pluviais, caixa de passagem e gordura), tendo como objetivo o controle e extermínio de insetos rasteiros e aracnídeos (formigas, baratas, aranhas, escorpião) e roedores.

2.2.7. Prestar serviço em até 24 (vinte e quatro) horas da emissão da ordem de serviço, quando se tratar de urgências; e no dia acordado entre o órgão solicitante e a Beneficiária da Ata, quando se tratar de ordem de serviço ordinária.

2.2.8. Fornecer laudo técnico da execução de serviço pelo prazo de **garantia de 6 (seis) meses no mínimo**, contendo as seguintes informações:

2.2.8.1 Endereço da unidade;

2.2.8.2. Praga(s) alvo;

2.2.8.3. Data de execução dos serviços;

2.2.8.4. Prazo de assistência técnica, escrito por extenso, dos serviços por praga(s) alvo;

2.2.8.5. Grupo(s) químico(s) do(s) produto(s) eventualmente utilizado(s);

2.2.8.6. Nome e concentração de uso do(s) produto(s) eventualmente utilizado(s);



2.2.8.7. Orientações pertinentes ao serviço executado;

2.2.8.8. Nome do responsável técnico ou responsável da empresa;

2.2.8.9. Número do telefone do Centro de Informação Toxicológica;

2.2.8.10. Identificação da empresa especializada prestadora do serviço com: razão social, nome fantasia, endereço, telefone e números das licenças sanitária e ambiental com seus respectivos prazos de validade.

2.3 – LOTE 2, LOTE 3 E LOTE 4 – SERVIÇOS DE DESENTUPIMENTO EM GERAL, DESENTUPIMENTO COM CAMINHÃO DE HIDROJATO E LIMPEZA DE CAIXA D'ÁGUA

2.3.1. Os serviços de desentupimentos, desinfecção em geral serão executados, por unidade predial, tendo em vista a validade da prestação dos serviços, devendo ser ofertado o valor unitário conforme cada tipo de serviço solicitado.

2.3.2. Os serviços de desentupimento compreendem a execução das seguintes tarefas básicas:

Os serviços que deverão ser prestados pela Beneficiária da Ata compreendem a desinfecção e limpezas totais de: caixa de gordura, caixa de passagem, caixa d'água, esgotos, ralos, tanques, pias e vasos sanitários, em todas as dependências (internas ou externas), em cada unidade a ser informada na ordem de serviço emitida pelo órgão Solicitante.

2.3.3 Os serviços de limpeza de caixa d'água compreendem a limpeza por unidade de caixa d'água nas litragens especificadas, inclusive a tampa, eliminando-se toda a sujeira aderida.

2.3.4. Caberá à Beneficiária da Ata o fornecimento dos produtos, equipamentos, ferramentas e instrumentos necessários e suficientes à eficiente execução do contrato, comprometendo-se a empregar na execução dos serviços apenas materiais de qualidade, produtos adequados, conforme a solicitação do problema a ser solucionado.

2.3.5. Caberá à Beneficiária da Ata prestar serviço em até 24 (vinte e quatro) horas da emissão da ordem de serviço, quando se tratar de urgências; e no dia acordado entre o órgão Solicitante e a Beneficiária da Ata, quando se tratar de ordem de serviço ordinária.

2.3.6. Fornecer laudo técnico da execução de serviço contendo, no mínimo, as informações solicitadas na ordem de serviço:

2.3.6.1 Endereço da unidade;

2.3.6.2. Data de execução dos serviços;

2.3.6.3. Grupo(s) químico(s) do(s) produto(s) eventualmente utilizado(s);

2.3.6.4. Orientações pertinentes ao serviço executado;

2.3.6.5. Nome do responsável técnico ou responsável da empresa;

2.3.6.6. Identificação da empresa especializada prestadora do serviço com: razão social, nome fantasia, endereço, telefone e números das licenças sanitária e ambiental com seus respectivos prazos de validade.

2.4 – LOTE 5 - SERVIÇOS DE LIMPEZA E DESINFECÇÃO DE AMBIENTES

2.4.1 O item 1 do Lote 5, limpeza e desinfecção de ambiente (arredores e unidade predial) infectado por detritos de roedores, aves, columbídeos (pombos, pombas, picaús, rolas e rolinhas) e infestação de aracnídeos, deverá ser realizado por m², com o intuito de desinfetar adequadamente o ambiente com fezes de pombos, roedores, columbídeos e infestação de aranhas.



2.4.2. Fornecer laudo técnico da execução de serviço contendo, no mínimo, as informações solicitadas na ordem de serviço:

2.4.2.1 Endereço da unidade;

2.4.2.2. Data de execução dos serviços;

2.4.2.3. Grupo(s) químico(s) do(s) produto(s) eventualmente utilizado(s);

2.4.2.4. Orientações pertinentes ao serviço executado;

2.4.2.5. Nome do responsável técnico ou responsável da empresa;

2.4.2.6. Identificação da empresa especializada prestadora do serviço com: razão social, nome fantasia, endereço, telefone e números das licenças sanitária e ambiental com seus respectivos prazos de validade.

3- DOS PRAZOS

3.1. O prazo de vigência da Ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses, contados do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP, e poderá ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso de acordo com o art. 84 caput da Lei 14.133/21 e art. 22 do decreto nº 11.462, de 31 de março de 2023.

3.2. O eventual contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência de 12(doze) meses, contado de sua assinatura, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133 de 2021, podendo ser prorrogado, nos moldes dos artigos 106 e 107 da referida lei.

3.3. A prestação dos serviços deverá ocorrer em até 07 (sete) dias corridos a contar do recebimento da Ordem de Serviço, exceto em caso de urgência.

3.4. Comunicar imediatamente ao Fornecedor registrando quaisquer irregularidades na prestação do serviço.

3.5. Comunicar imediatamente ao Fornecedor registrando quaisquer irregularidades no fornecimento do objeto licitado e/ou vício no produto adquirido para que seja providenciada a regularização no prazo de 07 (sete) dias corridos do recebimento da comunicação.

3.6. A fornecedora deverá informar ao ÓRGÃO GERENCIADOR, em até 24 (vinte e quatro) horas à data prevista, os motivos que impeçam a realização da entrega dos produtos nas condições previstas neste Termo de Referência, sob pena de aplicação das sanções aqui previstas e as demais legais.

4 - DO LOCAL DE PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

4.1. Os serviços serão prestados nos imóveis solicitados pelos Órgãos Requisitantes, conforme a necessidade e emissão de ordem de serviço.

5 – DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

Os serviços a serem prestados visam atender os órgãos requisitantes que compõem a Prefeitura Municipal de Pouso Alegre eis que são serviços fundamentais para manter a salubridade, segurança e a saúde.

Identificada à necessidade, levou-se em consideração a natureza do objeto e as suas especificidades, tais como:

- 1- Identificação dos serviços necessários
- 2- Determinação das especificações de cada serviço e seus quantitativos
- 3- Locais de prestação dos serviços
- 4- Necessidade de pessoal com conhecimento e capacidade específica
- 5- Necessidade de equipamentos e materiais específicos



Diante da análise verifica-se que a Prefeitura Municipal de Pouso Alegre não dispõe em seu quadro funcional pessoal e equipamentos necessários para prestação do serviço, sendo que a prestação direta por parte do município gerará maior onerosidade e morosidade na realização dos serviços.

Dessa forma, a solução mais vantajosa para a Administração, tratando-se de serviço especializado a ser prestado em grandes quantidades e com periodicidade de acordo com as necessidades de cada órgão requisitante, é contratação de empresa especializada para prestação indireta por meio da terceirização do serviço.

6 – ESTIMATIVA DO PREÇO DA CONTRATAÇÃO

6.1. Inobstante o previsto no art. 6º, XXIII, i, da Lei nº 14.1333/2021, as estimativas do valor da contratação serão tratadas diretamente no instrumento convocatório, uma vez que o Termo de Referência é documento preexistente à elaboração da pesquisa de preços (cf. Decreto Municipal nº 5798/2024).

7- RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

7.1. As despesas correspondentes à execução da Ata correrão por conta das dotações orçamentárias descritas abaixo:

7.1.1. SECRETARIA MUNICIPAL DE POLÍTICAS SOCIAIS

FICHA	DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA	DESCRIÇÃO	TIPO DE RECURSO
303	02.006.000.0008.0244.0025.2032 .33390390000000000000 Vínculo: 15000000000	Outros serviços de terceiros - Pessoa Jurídica – MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE POLITICAS SOCIAIS	PRÓPRIO

31

FICHA	DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA	DESCRIÇÃO	TIPO DE RECURSO
918	02.016.000.0008.0244.0025.2034 .33390390000000000000 Vínculo: 16610000000	Outros serviços de terceiros - Pessoa Jurídica – MANUTENCAO DO PISO MINEIRO DE ASSISTENCIA SOCIAL	VINCULADO

7.1.2. SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

FICHA	DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA	DESCRIÇÃO	TIPO DE RECURSO
605	02.011.000.0010.0122.0002.2102 .33390390000000000000 Vínculo: 15000001002	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	SAÚDE

FICHA	DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA	DESCRIÇÃO	TIPO DE RECURSO
656	02.011.000.0010.0301.0002.2157 .33390390000000000000 Vínculo: 15000001002	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	SAÚDE



FICHA	DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA	DESCRIÇÃO	TIPO DE RECURSO
1292	02.011.000.0010.0302.0003.2103 .33390390000000000000 Vínculo: 15000001002	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	SAÚDE

FICHA	DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA	DESCRIÇÃO	TIPO DE RECURSO
684	02.011.000.0010.0302.0002.2224 .33390390000000000000 Vínculo: 15000001002	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	SAÚDE

FICHA	DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA	DESCRIÇÃO	TIPO DE RECURSO
1394	02.011.000.0010.0305.0002.2130 .33390390000000000000 Vínculo: 15000001002	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	SAÚDE

7.1.3. SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

FICHA	DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA	DESCRIÇÃO	TIPO DE RECURSO
438	02.007.000.0012.0365.0027.2227 .33390390000000000000 Vínculo: 15500000000	Outros serviços de terceiros - Pessoa Jurídica	QESE - Transferência do Salário- Educação

FICHA	DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA	DESCRIÇÃO	TIPO DE RECURSO
379	02.007.000.0012.0361.0027.2060 .33390390000000000000 Vínculo: 15500000000	Outros serviços de terceiros - Pessoa Jurídica	QESE - Transferência do Salário- Educação

7.1.4. SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA, OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS

FICHA	DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA	DESCRIÇÃO	TIPO DE RECURSO
556	02.009.000.0004.0122.0029.2090 .33390390000000000000 Vínculo: 15000000000	Outros serviços de terceiros - Pessoa Jurídica – MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE OBRAS E INFRAESTRUTURA	GERAL



7.1.5. SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

FICHA	DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA	DESCRIÇÃO	TIPO DE RECURSO
949	02.020.000.0004.0122.0045.2686 .33390390000000000000. Vínculo: 15000000000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	PRÓPRIO

7.1.6. SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO

FICHA	DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA	DESCRIÇÃO	TIPO DE RECURSO
191	02.003.0004.0122.0001.2009.3.3 .90.39.00 Vínculo: 150000000000	MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE AGRICULTURA , PECUÁRIA E ABASTECIMENTO, OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS-PESSOA JURÍDICA	GERAL
FICHA	DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA	DESCRIÇÃO	TIPO DE RECURSO
203	02.003.000.0020.0606.0010.201 0.333903900 Vínculo: 150000000000	MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE AGRICULTURA , PECUÁRIA E ABASTECIMENTO, OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS-PESSOA JURÍDICA	GERAL

33

7.1.7. SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS

FICHA	DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA	DESCRIÇÃO	TIPO DE RECURSO
473	02.008.2087.0004.0123.0028.3.3 9039000000 Vínculo: 150000000000	MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE AGRICULTURA , PECUÁRIA E ABASTECIMENTO, OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS-PESSOA JURÍDICA	GERAL

7.1.8. SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO DE PESSOAS

FICHA	DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA	DESCRIÇÃO	TIPO DE RECURSO
830	02.014.000.0004.0122.0038.218 9.33390390000000000000 Vínculo: 150000000000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS-PESSOA JURÍDICA	GERAL

7.1.9. SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO URBANO E MEIO AMBIENTE

FICHA	DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA	DESCRIÇÃO	TIPO DE RECURSO
582	02.010.000.0004.0122.0030.209 4.33390390000000000000.	MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE PLANEJAMENTO - OUTROS	GERAL



	Vínculo: 150000000000	SERVIÇOS DE TERCEIROS -PESSOA JURÍDICA	
--	-----------------------	--	--

7.1.10. SECRETARIA MUNICIPAL DE TRÂNSITO E TRANSPORTES

FICHA	DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA	DESCRIÇÃO	TIPO DE RECURSO
867	02.015.000.0026.0782.0041.219 8.33390390000000000000 Vínculo: 150000000000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS -PESSOA JURÍDICA	GERAL

7.1.11. SUPERINTENDÊNCIA MUNICIPAL DE CULTURA

FICHA	DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA	DESCRIÇÃO	TIPO DE RECURSO
974	02.015.000.0026.0782.0041.219 8.33390390000000000000 Vínculo: 150000000000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS -PESSOA JURÍDICA	GERAL

7.1.12. SUPERINTENDÊNCIA MUNICIPAL DE ESPORTES

FICHA	DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA	DESCRIÇÃO	TIPO DE RECURSO
1514	02.012.000.0004.0122.0035.217 2.33390390000000000000 Vínculo: 150000000000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS -PESSOA JURÍDICA	GERAL

7.1.13. SUPERINTENDENCIA MUNICIPAL DE GESTÃO DE RECURSOS MATERIAIS

FICHA	DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA	DESCRIÇÃO	TIPO DE RECURSO
178	02.002.000.0004.0122.0004.200 7.33390390000000000000 Vínculo: 150000000000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	GERAL

7.1.14. CHEFIA DE GABINETE

FICHA	DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA	DESCRIÇÃO	TIPO DE RECURSO
161	02.001.000.0004.0122.0011.200 5.33390390000000000000 Vínculo: 150000000000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	GERAL

7.1.15. PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

FICHA	DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA	DESCRIÇÃO	TIPO DE RECURSO
-------	----------------------	-----------	-----------------



816	02.013.000.0004.0122.0001.218 8.33390390000000000000 Vínculo: 150000000000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	GERAL
-----	--	---	--------------

8 - PAGAMENTO

8.1. O Município de Pouso Alegre- MG efetuará o pagamento em até 30 (trinta) dias corridos da data do recebimento e aceite da Nota Fiscal devidamente atestada, respeitando-se o prazo de tramitação do empenho, salvo se houver alguma pendência em relação às certidões negativas, caso em que o prazo poderá ser acrescido até que haja regularização das mesmas.

8.2. O pagamento será realizado através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicadas pelo contratado.

8.3. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

8.4. A detentora regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

8.5. O Município, observados os princípios do contraditório e da ampla defesa, poderá deduzir, cautelar ou definitivamente, do montante a pagar, os valores correspondentes a multas, ressarcimentos ou indenizações devidas pelo Fornecedor, nos termos deste Termo de Referência.

8.6. O valor dos encargos será calculado pela fórmula: $EM = I \times N \times VP$, onde: EM = Encargos moratórios devidos; N = Números de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento; I = Índice de compensação financeira = 0,00016438; e VP = Valor da prestação em atraso.

8.7. A detentora fica obrigada a efetuar as retenções na fonte do Imposto de Renda (IR) sobre os pagamentos que efetuarem a pessoas físicas e jurídicas pelo fornecimento de bens ou prestação de serviços em geral, inclusive obras.

8.7.1. A todas as partes, deverão ser observadas as disposições do Decreto Municipal n.º 5.706/2023, da Lei Federal n.º 9.430/1996, da Instrução Normativa da RFB n.º 1.234/2012, da Instrução Normativa da RFB n.º 2.145/2023, e eventuais posteriores alterações.

8.8. Para efetivação dos pagamentos dos serviços prestados, a BENEFICIÁRIA DA ATA deverá apresentar juntamente com a Nota Fiscal Eletrônica, laudo fotográfico colorido, com no mínimo 06 (seis) fotografias coloridas, sendo “antes, durante e depois” à execução do serviço, comprovando assim, a prestação das atividades descritas na Ordem de Serviço através de imagens; em forma física e digital assim como, a apresentação dos laudos especificados no item 2.2.8 deste Termo de Referência; tornando o processo de execução e pagamento mais transparentes.

9 - CRITÉRIO DE JULGAMENTO

A presente licitação será por **MENOR PREÇO POR LOTE**, tendo em vista a necessidade técnica e econômica que pode ensejar prejuízo para o conjunto ou complexo de serviços a serem desempenhados, bem como a perda de economia de escala, nos termos da súmula 247 do TCU.

A licitação deverá ser por lote, devido a grande diferença dos serviços e à necessidade de agrupar os serviços semelhantes, fazendo com que todos possuam uma correlação entre si.

A adjudicação por lote dos serviços de dedetização, desentupimento em geral e desentupimento por caminhão de hidrojato é necessária, pois se tratam de serviços diversos, alguns a serem prestados pela unidade do serviço e outros pelo serviço em m², não sendo viável a sua colocação por item.



Ainda, é necessário não fracionar os serviços específicos de limpeza de caixa d'água, uma vez que a limpeza e desinfecção dos itens do lote 04 são considerados por litros, e os litros das caixas d'água em determinadas localidades são variáveis, de modo que uma mesma unidade possui mais de duas capacidades de litros distintas. A adjudicação por item no lote implicaria em prejuízo pela complexidade dos serviços diante da diversidade de capacidade de litros que uma mesma unidade predial pode possuir.

Nesse sentido, conforme preceitua o Tribunal de Contas da União, no Acórdão 5.260/2011-TCU-1ª Câmara, inexistente ilegalidade na realização de pregão com previsão de adjudicação por lotes, desde que os lotes sejam integrados por itens de uma mesma natureza e que guardam correlação entre si, conforme no presente caso.

Ainda, nos moldes do art. 40, §2º da Lei 14.133/2021, demonstra-se totalmente viável a adjudicação por lote diante da natureza do objeto.

10 - DA MODALIDADE

Para a realização desse serviço será utilizada a modalidade de licitação denominada **PREGÃO ELETRÔNICO** nos termos do Decreto Federal nº 10.024, de 20 de setembro de 2019, Lei nº 14.133 de 2021, Instrução Normativa Seges/Me Nº 65, De 7 De Julho De 2021, da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.

Nos termos do art. 6º, inciso XIII, da Lei 14.133/2021, são considerados bens e serviços comuns aqueles cujos padrões de desempenho e qualidade possam ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais no mercado.

Para bens ou serviços comuns, estabelece o referido diploma legal, em seu art. 6º, inciso XLI que o pregão é modalidade obrigatória de licitação, *in verbis*:

“XLI – pregão: modalidade de licitação obrigatória para aquisição de bens e serviços comuns, cujo critério de julgamento poderá ser o de menor preço ou o de maior desconto;”.

36

A presente demanda, encaixa-se na categoria de bens ou serviços comuns, haja vista que as especificações foram objetivamente definidas por meio das especificações usuais de mercado.

O sistema de registro de preços é o conjunto de procedimentos, mediante contratação direta ou licitação nas modalidades pregão ou concorrência, de registro formal de preços relativos à prestação de serviços, a obras e a aquisição e locação de bens para contratações futuras.

Está previsto na Lei 14.133, especialmente na Seção, V, nos artigos 82 a 85, e no art. 6º, XLV e também no Decreto Federal nº 11.462 de 31 de março de 2023. Da análise dos dispositivos legais regulamentadores do registro de preços, bem como das doutrinas mais abalizadas acerca do tema, depreende-se que o sistema de registro de preços é cabível nas seguintes hipóteses:

“Art. 3º O SRP poderá ser adotado quando a Administração julgar pertinente, em especial:

I - quando, pelas características do objeto, houver necessidade de contratações permanentes ou frequentes;

II - quando for conveniente a aquisição de bens com previsão de entregas parceladas ou contratação de serviços remunerados por unidade de medida, como quantidade de horas de serviço, postos de trabalho ou em regime de tarefa;

III - quando for conveniente para atendimento a mais de um órgão ou a mais de uma entidade, inclusive nas compras centralizadas;



IV - quando for atender a execução descentralizada de programa ou projeto federal, por meio de compra nacional ou da adesão de que trata o § 2º do art. 32; ou

V - quando, pela natureza do objeto, não for possível definir previamente o quantitativo a ser demandado pela Administração.”

Da leitura das hipóteses citadas, justifica-se a adoção da modalidade pregão eletrônico sob o sistema de registro de preços, em conformidade com o art. 3º do Decreto Federal nº 11.462/2023 e da regulamentação da Lei 14.133/2021.

11 - DOS DOCUMENTOS A SEREM ENTREGUES NO MOMENTO DA PROPOSTA

11.1 A contratada deverá apresentar licença ambiental ou certificado expedido pelo órgão ambiental competente, ou outro órgão de fiscalização, autorizando a exercer a atividade pertinente ao objeto dos lotes, bem como Alvará Sanitário vigente (em nome da empresa).

11.2. Não serão aceitos atestados ou declarações emitidas pelo licitante em seu próprio nome, nem algum outro que não tenha originado de contratação.

12 - DAS OBRIGAÇÕES DO ÓRGÃO GERENCIADOR

12.1. O Município de Pouso Alegre/MG, mediante as Secretarias, será responsável pela lavratura da respectiva Ata de Registro de Preços, com base nas disposições da Lei nº 14.133/2022;

12.2. Assegurar os recursos orçamentários e financeiros para custear a Ata de Registro de Preços;

12.3. Acompanhar, controlar e avaliar a execução dos serviços, mediante a atuação dos Fiscais;

12.4. Fiscalizar a execução da Ata de Registro de Preços, mediante servidor especialmente designado, sendo permitida a assistência de terceiros, conforme dispõe o art. 117 da Lei 14.133/2021;

12.5. O Município de Pouso Alegre/MG se obriga a efetuar os pagamentos devidos, na forma e condições ora estipuladas;

12.6. Prestar todos os esclarecimentos necessários para a execução desta contratação;

12.7. Zelar pela boa qualidade do fornecimento, receber, apurar e solucionar queixas e reclamações, quando for o caso;

12.8. Comunicar e notificar por escrito à BENEFICIÁRIA DA ATA qualquer irregularidade encontrada;

12.9. Analisar a nota fiscal para verificar se a mesma é destinada à realização da ordem de serviço encaminhada e se as especificações e execuções dos serviços são as mesmas descritas neste Termo de Referência;

13 – DAS OBRIGAÇÕES DA BENEFICIÁRIA DA ATA

13.1. A Beneficiária da Ata se obriga a executar os serviços com eficiência e presteza, ficando de sua responsabilidade a realização dos serviços contratados;

13.2. Obedecer às especificações constantes no Termo de Referência;

13.3. Responsabilizar-se pela prestação dos serviços, ressaltando que todas as despesas de transporte e outras necessárias ao cumprimento de suas obrigações serão de responsabilidade da Beneficiária da Ata;

13.4. O retardamento na prestação dos serviços não justificado considerar-se-á como infração contratual;



13.5. Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do serviço, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade à fiscalização ou o acompanhamento pelo órgão interessado;

13.6. Manter com o Órgão Gerenciador relação sempre formal, por escrito, ressalvados os entendimentos verbais motivados pela urgência, que deverão ser de imediato, confirmados por escrito;

13.7. Arcar com todos os ônus e encargos decorrentes da execução do objeto da ata, compreendidas todas as despesas incidentes direta ou indiretamente no custo, inclusive os previdenciários e fiscais, tais como impostos ou taxas, custos de deslocamento necessários à prestação dos serviços objeto deste Termo de Referência;

13.8. Manter durante toda a execução da ata, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no Edital de licitação.

13.9. Responsabilizar-se pelas despesas com vínculo empregatício de seus empregados e todos os ônus referentes aos serviços contratados: pagamentos de todas as obrigações fiscais, previdenciárias, comerciais e trabalhistas, além de seguros, indenizações, taxas, tributos pertinentes, normas de saúde pública e regulamentadoras do trabalho (NR), assim como pelo cumprimento de todas as demais obrigações atinentes a ata; não podendo ceder ou transferir a terceiros, os direitos e obrigações decorrentes deste termo de referência, sem a prévia e expressa concordância do ÓRGÃO GERENCIADOR, de modo que a inadimplência da BENEFICIÁRIA DA ATA para com estes encargos, não transfere à Prefeitura Municipal de Pouso Alegre/MG a responsabilidade por seu pagamento, nem poderá onerar o objeto da ata.

13.10. Caso seja necessário refazer o serviço, as despesas correspondentes correrão por conta da Beneficiária da Ata;

13.11. Responsabiliza-se por todos os danos causados pela inadequada realização do serviço solicitado, bem como por qualquer dano provocado durante a realização dos serviços executados pela Beneficiária da Ata;

13.12. Responder perante o ÓRGÃO GERENCIADOR e a terceiros por eventuais prejuízos e danos decorrentes na condução do objeto deste instrumento sob a sua responsabilidade ou por erro relativos a execução do objeto;

13.13. Responsabilizar-se por quaisquer ônus decorrentes de omissões ou erros na elaboração de estimativa de custos e que redundem em aumento de despesas para o Órgão Gerenciador;

13.14. Responsabilizar-se pelos ônus resultantes de quaisquer ações, demandas, custos e despesas decorrentes de danos causados por culpa ou dolo de seus empregados, prepostos e/ou contratados, bem como se obrigar por quaisquer responsabilidades decorrentes de ações judiciais que lhe venham a ser atribuídas por força de lei, relacionadas com o cumprimento da contratação;

13.15. Aceitar nas mesmas condições contratuais acréscimos ou supressões nos termos do artigo 125, *caput*, da Lei nº 14.133/2021;

13.16. Atender prontamente a quaisquer exigências das Secretarias requisitante inerentes ao objeto desta contratação;

13.17. Ressarcir os danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução da ata, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade, à fiscalização ou o acompanhamento pelo ÓRGÃO GERENCIADOR.

13.18. Cumprir, durante a vigência do contrato, as exigências de reserva de cargos prevista em lei, bem como em outras normas específicas, para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social e para aprendiz; e apresentar os respectivos comprovantes do cumprimento dessas exigências sempre que solicitado pela CONTRATANTE, podendo-se comprovar por meio de indicação dos empregados e das condições de sua contratação e das funções desempenhadas.

14 – DA FISCALIZAÇÃO



14.1. A Ata deverá ser executada fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei n.º 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial (Lei n.º 14.133/2021, Art. 115, caput).

14.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão da Ata, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila (Lei n.º 14.133/2021, Art. 115, §5º).

14.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

14.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

14.5. Após a assinatura da Ata ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

14.6. A execução da Ata deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) da Ata, ou pelos respectivos substitutos (Lei n.º 14.133, de 2021, Art. 117, caput).

14.7. A execução da ATA deverá ser acompanhada e fiscalizada pelos seguintes fiscais:

14.7.1. Serão fiscais da **SECRETARIA MUNICIPAL DE POLITICAS SOCIAIS:**

Fiscalização Técnica

Titular: Sandra Cristina Bazoli de Moura (fiscal sanitaria), matrícula: 14776-1.

Suplente: João Bosco Guerra Pedroso (veterinário), matrícula: 7117-1

Fiscalização Administrativa

Titular: Vanilda de Freitas - matricula nº 23644;

Suplente: Luzia De Fátima Gusmão de Godoi - matricula nº 14.109-3

Gestor do Contrato

Titular: Wander Tadeu Rosa – matricula nº 12.945

Suplente: Ronan Mendes Rocha – matrícula nº 22.925

14.7.2. Serão fiscais da **SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO:**

Fiscalização Técnica

Titular: Sandra Cristina Bazoli de Moura (fiscal sanitaria), matrícula: 14776-1.

Suplente: João Bosco guerra Pedroso (veterinário), matrícula: 7117-1

Fiscalização Administrativa

Titular: Francislaine Fernanda Alves de Araújo – Mat.: 23.380-01



Suplente: Antônio Carlos Camilo – Mat.: 22.656-03

Gestor do Contrato

Titular: Suelene Marcondes de Souza Faria – matrícula 14257-2

Suplente: Evandro Carvalho Lopes – 21151-5

14.7.3. Serão fiscais da SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE:

Fiscalização Técnica

Titular: Sandra Cristina Bazoli de Moura (fiscal sanitária), matrícula: 14776-1.

Suplente: João Bosco Guerra Pedrosa (veterinário), matrícula: 7117-1

Fiscalização Administrativa

Titular: Julia Vallery dos Santos Oliveira, matrícula: 22593-1.

Suplente: Juliana Fernandes Ramos, matrícula: 18936-1.

Gestor do Contrato

Titular: Jorge Luís de Godoy, matrícula: 13070-1.

Suplente: João Pedro Sobreiro, matrícula: 23393-1.

14.7.4. Serão fiscais da SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS:

Fiscalização Técnica

Titular: Sandra Cristina Bazoli de Moura (fiscal sanitária), matrícula: 14776-1.

Suplente: João Bosco guerra Pedrosa (veterinário), matrícula: 7117-1

Fiscalização Administrativa

Titular: Pedro Guilherme Siqueira Rezende - matricula 22.596.

Suplente: Jonathas B. de Carvalho - matricula 21.228.

Gestor do Contrato

Titular: Anna Julia Priante Campos Guersoni - matricula 22671.

Suplente: Patrícia Andrea Dias - matricula 23058.

14.7.5. Serão fiscais da SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO:

Fiscalização Técnica

Titular: Sandra Cristina Bazoli de Moura (fiscal sanitária), matrícula: 14776-1.

Suplente: João Bosco guerra Pedrosa (veterinário), matrícula: 7117-1



Fiscalização Administrativa

Titular: Roberta Fernanda Leite dos Santos, matrícula 23166-2

Suplente: Elisangela da Fonseca Vieira Caria, matrícula 23273-1

Gestor do Contrato

Titular: João Romão de Lima, Secretário de Administração

Suplente: Isaias Arantes da Silva, Superintendente de Administração, mat. 20190-3

14.7.6. Serão fiscais da SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO:

Fiscalização Técnica

Titular: Sandra Cristina Bazoli de Moura (fiscal sanitaria), matrícula: 14776-1.

Suplente: João Bosco guerra Pedroso (veterinário), matrícula: 7117-1

Fiscalização Administrativa

Titular: Fábio Herculano da Costa , matrícula 23117;

Suplente: Joyce Jardim Farias Silva, matrícula 23198;

Gestor do Contrato

Titular: Henrique Aparecido de Oliveira Joia, matrícula nº 6119;

Suplente: Anderson Cesar Medeiros Schroder, matrícula nº 23198;

14.7.7. Serão fiscais da SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS:

Fiscalização Técnica

Titular: Sandra Cristina Bazoli de Moura (fiscal sanitaria), matrícula: 14776-1.

Suplente: João Bosco guerra Pedroso (veterinário), matrícula: 7117-1

Fiscalização Administrativa

Titular: Valter Ordones Manoel - matrícula 20323

Suplente: Carla Milena Pereira de Godoi - 23572

Gestor do Contrato

Titular: Fabiola Ferreira de Araújo Santos – matrícula 23.157

Suplente: Eduardo Pereira Souza – matrícula 23.410

14.7.8. Serão fiscais da SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO DE PESSOAS:



Fiscalização Técnica

Titular: Sandra Cristina Bazoli de Moura (fiscal sanitaria), matrícula: 14776-1.

Suplente: João Bosco guerra Pedroso (veterinário), matrícula: 7117-1

Fiscalização Administrativa

Titular: Camila Gomes de Freitas - Mat. 15802-1

Suplente: Helen Patrícia Cristel Silva - Mat. 13447-1

Gestor do Contrato

Titular: Francisco Paulo da Silva - Mat. 19830-1

Suplente: Rebeqa Barbosa Ribeiro - Mat. 22636-1

14.7.9. Serão fiscais da SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO URBANO E MEIO AMBIENTE:

Fiscalização Técnica

Titular: Sandra Cristina Bazoli de Moura (fiscal sanitaria), matrícula: 14776-1.

Suplente: João Bosco guerra Pedroso (veterinário), matrícula: 7117-1

Fiscal Administrativo

Titular: Ana Clara Arantes Viana de Andrade - Matrícula 15654.

Suplente: Anderson Cleiton Santos de Lima - Matrícula 7092.

Gestor do Contrato

Titular: Renato Garcia de Oliveira Dias - Matrícula – 22655.

14.7.10. Serão fiscais da SECRETARIA MUNICIPAL DE TRÂNSITO E TRANSPORTES:

Fiscalização Técnica

Titular: Sandra Cristina Bazoli de Moura (fiscal sanitaria), matrícula: 14776-1.

Suplente: João Bosco guerra Pedroso (veterinário), matrícula: 7117-1

Fiscalização Administrativa

Titular: Rosemere Aparecida Fortes Bessa da Silva - Matrícula 16661-1

Suplente: Mônica Renata Azevedo Pereira - matrícula 8595-1

Gestor do Contrato

Titular: Amanda Giovanneti Prado - Matrícula 22826-1

Suplente gestor do contrato: Lauren Silva Lomelino - Matrícula 21960-2



14.7.11. Serão fiscais da SUPERINTENDÊNCIA MUNICIPAL DE CULTURA:

Fiscalização Técnica

Titular: Sandra Cristina Bazoli de Moura (fiscal sanitária), matrícula: 14776-1.

Suplente: João Bosco guerra Pedrosa (veterinário), matrícula: 7117-1

Fiscalização Administrativa

Titular: José Ronildo Lopes Soares, matrícula 19.601-1;

Suplente: Elaine Luísa de Faria, matrícula 21.941;

Gestor do Contrato

Titular: Regina Maria Franco Andere de Brito, matrícula 19.610.

14.7.12. Serão fiscais da SUPERINTENDÊNCIA MUNICIPAL DE ESPORTES:

Fiscalização Técnica

Titular: Sandra Cristina Bazoli de Moura (fiscal sanitária), matrícula: 14776-1.

Suplente: João Bosco Guerra Pedrosa (veterinário), matrícula: 7117-1

Fiscalização Administrativa

Titular: Patrícia Marques de Carvalho - Matrícula 23.377

Suplente: Antônio Carlos de Moraes - Matrícula 12.720.

Gestor do Contrato

Titular: Luiz Henrique Andrade Duarte - Matrícula 21.988

Suplente: Fernanda Ayume Iwata Pereira - Matrícula 23.605.

14.7.13. Serão fiscais da SUPERINTENDÊNCIA MUNICIPAL DE RECURSOS MATERIAIS:

Fiscalização Técnica

Titular: Sandra Cristina Bazoli de Moura (fiscal sanitária), matrícula: 14776-1.

Suplente: João Bosco guerra Pedrosa (veterinário), matrícula: 7117-1

Fiscalização Administrativa:

Valmir Olivato - matrícula 22.606-1

Suplente: Elton Garcia - matrícula 22.594

Gestor do Contrato

Adriana Mara dos Santos – mat. nº 13.985.



14.7.14. Serão fiscais da CHEFIA DE GABINETE:

Fiscalização Técnica

Titular: Sandra Cristina Bazoli de Moura (fiscal sanitária), matrícula: 14776-1.

Suplente: João Bosco guerra Pedrosa (veterinário), matrícula: 7117-1

Fiscalização Administrativa:

Titular: Leda Mara Pereira Miguel – matrícula 23385-1

Suplente: Arielen Sdeler - matrícula nº 23471

Fiscalização Setorial:

Titular: Cristiane Alves de Almeida – matrícula nº 23282-2

Suplente: Antonielle de Rezende – matrícula nº 15983.

Gestor do Contrato

Titular: Renato Garcia de Oliveira Dias – matrícula 22655.

Suplente: Altieres de Abreu – matrícula nº 22663.

14.7.15. Serão fiscais da PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO:

Fiscalização Técnica

Titular: Sandra Cristina Bazoli de Moura (fiscal sanitária), matrícula: 14776-1.

Suplente: João Bosco guerra Pedrosa (veterinário), matrícula: 7117-1

Fiscalização Administrativa

Titular: Marcela Modesto Fermino, matrícula nº 23.389

Suplente: Brenda Oliveira Gianini, matrícula nº 23.419

Gestor do Contrato

Titular: Jéssica Suellen Narciso, matrícula nº 23.416.

14.8. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão da Ata, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila (Lei n.º 14.133/2021, Art. 115, §5º).

14.9. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

14.10. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

14.11. Após a assinatura da Ata ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que



conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

14.12. A execução da Ata deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) da Ata, ou pelos respectivos substitutos (Lei n.º 14.133, de 2021, Art. 117, caput).

14.13. Fiscalização Técnica

14.13.1. O fiscal técnico da Ata acompanhará a execução da Ata, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas na Ata, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração. (Decreto n.º 11.246, de 2022, Art. 22, VI);

14.13.2. O fiscal técnico da Ata anotará no histórico de gerenciamento da Ata todas as ocorrências relacionadas à execução da Ata, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. (Lei n.º 14.133, de 2021, Art. 117, §1º, e Decreto n.º 11.246, de 2022, Art. 22, II);

14.13.3. Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal técnico da Ata emitirá notificações para a correção da execução da Ata, determinando prazo para a correção. (Decreto n.º 11.246, de 2022, Art. 22, III);

14.13.4. O fiscal técnico da Ata informará ao gestor do contato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso. (Decreto n.º 11.246, de 2022, Art. 22, IV);

14.13.5. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução da Ata nas datas aprezadas, o fiscal técnico da Ata comunicará o fato imediatamente ao gestor da Ata. (Decreto n.º 11.246, de 2022, Art. 22, V).

6.7.5. O fiscal técnico da Ata comunicará ao gestor da Ata, em tempo hábil, o término da Ata sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual (Decreto n.º 11.246, de 2022, Art. 22, VII).

14.14. Fiscalização Administrativa

14.14.1 O fiscal administrativo da Ata verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário (Art. 23, I e II, do Decreto n.º 11.246, de 2022).

14.14.2. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo da Ata atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor da Ata para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência; (Decreto n.º 11.246, de 2022, Art. 23, IV).

14.14.3 Além do disposto acima, a fiscalização contratual obedecerá às seguintes rotinas:

14.14.4. (O planejamento da execução dos serviços, com planejamento de parada dos elevadores e tempo de execução determinado para a execução de cada serviço).

14.15. Gestor da Ata

14.15.1. O gestor da Ata coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização da Ata contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento da Ata, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações da Ata para fins de atendimento da finalidade da administração. (Decreto n.º 11.246, de 2022, Art. 21, IV).

14.15.2. O gestor da Ata acompanhará os registros realizados pelos fiscais da Ata, de todas as ocorrências relacionadas à execução da Ata e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência. (Decreto n.º 11.246, de 2022, Art. 21, II).



14.15.3. O gestor da Ata acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais. (Decreto n.º 11.246, de 2022, Art. 21, III).

14.15.4. O gestor da Ata emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações. (Decreto n.º 11.246, de 2022, Art. 21, VIII).

14.15.5. O gestor da Ata tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o Art. 158 da Lei n.º 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso. (Decreto n.º 11.246, de 2022, Art. 21, X).

14.15.6. O gestor da Ata deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração. (Decreto n.º 11.246, de 2022, Art. 21, VI).

14.15.7. O gestor da Ata deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos da Ata.

15 - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

15.1.1 São aplicáveis as sanções previstas no Título IV, capítulo I da Lei Federal n.º 14.133/2021 e demais normas pertinentes:

15.1.2. Deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo (a) pregoeiro(a) durante o certame;

15.1.3. Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado ou não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

15.1.4. Recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

15.1.5. Pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva ou deixar de apresentar amostra;

15.1.6. Apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;

15.1.7. Não celebrar a Ata ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

15.1.8. Recusar-se, sem justificativa, a assinar o Contrato ou a Ata de Registro de Preços, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

15.1.9. Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou execução da Ata;

15.1.10. Fraudar Licitação;

15.1.11. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando: agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

15.1.12. Induzir deliberadamente a erro no julgamento;

15.1.13. Apresentar amostra falsificada ou deteriorada;

15.1.14. Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;



15.1.15. Praticar ato lesivo previsto no Art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013.

15.2.. Com fulcro na Lei n.º 14.133, de 2021, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

15.2.1. advertência;

15.2.2. multa;

15.2.3 impedimento de licitar e contratar, e

15.2.4 declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

15.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

15.3.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;

15.3.2. as peculiaridades do caso concreto;

15.3.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

15.3.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública;

15.3.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

15.4. A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor da Ata licitada, recolhida no prazo máximo de 30 (trinta) dias úteis, a contar da comunicação oficial.

15.5. Para as infrações previstas nos itens, 15.1.2, 15.1.3, 15.1.4 a multa será de 5% do valor da Ata licitada.

15.6. Para as infrações previstas nos itens 15.1.4, 15.1.5, 15.1.6, 15.1.7 e 15.1.8 a multa será de 20% do valor da Ata licitada.

15.7. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

15.8. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

15.9. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens, 15.1.2, 15.1.3 e 15.1.4, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 03 (três) anos.

15.10. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 15.1.4, 15.1.5, 15.1.6, 15.1.7 e 15.1.8, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 15.1.1, 15.1.2 e 15.1.3 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no Art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021.

15.11. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o Contrato ou a Ata de Registro de Preços, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do Art. 45, §4º da IN SEGES/ME n.º 73, de 2022.

15.12. A apuração de responsabilidade relacionada às sanções de impedimento de licitar e contratar e de



declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 02 (dois) ou mais servidores estáveis conforme estabelece o Art. 158. §1º da lei 14.133/2021, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

15.13. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 05 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

15.14. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

15.15. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

16 – MAPEAMENTO DE RISCOS

O mapeamento de riscos permite a identificação, avaliação e gerenciamento dos riscos que possam comprometer o sucesso da contratação e da gestão contratual. Para cada risco identificado, define-se: a probabilidade de ocorrência dos eventos, os possíveis danos potenciais, possíveis ações preventivas e contingências, bem como a identificação de responsáveis por ação.

Após a identificação e classificação, deve-se executar uma análise qualitativa e quantitativa dos riscos. A análise quantitativa dos riscos consiste na classificação conforme a relação entre a probabilidade e o impacto. Tal classificação resultará no nível do risco e direcionará as ações relacionadas aos riscos durante a fase de planejamento e gestão da Ata.

A tabela a seguir apresenta uma síntese dos riscos de planejamento e de gestão dos serviços identificados e classificados neste documento.

Risco	Probabilidade	Impacto
1-Questionamentos excessivos no pregão	Baixa	Baixo
2-Licitação deserta ou com lote deserto	Baixa	Médio
3-Contratada se recusar a assinar o contrato	Baixa	Alto
4-Incapacidade das empresas vencedoras em executar o contrato	Baixa	Alto
5-Falência das empresas vencedoras	Baixa	Alto
6-Indisponibilidade dos serviços	Baixa	Alto
7-Deterioração dos equipamentos dos imóveis	Média	Alto
8-Fornecimento de materiais e equipamentos sem qualidade e o não fornecimento dos materiais necessários	Média	Alto
9-Paralisação devido aos fenômenos naturais	Média	Alto
10-Acréscimo de itens previstos e não previstos devido às necessidades de execução do serviço	Baixa	Alto

Tendo em vista que o mapeamento de riscos descreverá e avaliar as ameaças que possam vir a comprometer o sucesso e o objetivo da contratação, bem como definir de que formas devem ser tratadas, ela permeará todo processo de Contratação.

16.1. Risco do Processo de Contratação e da Execução

Risco 1	Questionamento excessivo no pregão
Probabilidade:	Baixa



Impacto:	Baixo
Dano:	Legitimidade de pregão colocada em questão
Ação Preventiva:	- Definir regras gerais de contratação de forma clara no Edital e seus anexos, atentar à legislação vigente no tocante às exigências de marcas, modelos e requisitos excludentes; - Realizar consulta pública para validar o modelo de contratação.
Ação de Contingência:	Republicação do Edital com correção dos itens alvos de impugnação.
Risco 2	Licitação deserta ou com lote deserto
Probabilidade:	Baixa
Impacto:	Médio
Dano:	Não realizar a licitação tendo que republicar o edital e abrir novo prazo para a realização do pregão.
Ação Preventiva:	- Encaminhar termo de referência durante a fase de cotação de preços para a maior quantidade de possíveis interessados em participar da licitação. - Distribuir o quantitativo de serviços existentes em lotes que sejam atrativos.
Ação de Contingência:	- Republicação do Edital observando requisitos que poderiam ter provocado à desistência de possíveis empresas interessadas.
Risco 3	Contratada se recusar a assinar o contrato
Probabilidade:	Baixa
Impacto:	Alto
Dano:	Não concluir a licitação tendo que republicar o edital e abrir novo prazo para a realização do pregão.
Ação Preventiva:	Definir punição no edital para empresa adjudicada que não assinar o contrato dentro do prazo estipulado
Ação de Contingência:	Adjudicar novo fornecedor ou promover nova contratação.
Risco 4	Incapacidade da empresa vencedora em executar o contrato
Probabilidade:	Baixa
Impacto:	Alto
Dano:	Atraso nos serviços
Ação Preventiva:	- Sanções e os requisitos de qualidade que sejam condizentes com a importância dos serviços a serem prestados. - Colocar regra no Edital que, em caso de inexecução parcial ou total do contrato, a segunda colocada poderá ser habilitada. - Exigir documentação comprobatória que a licitante já prestou serviços semelhante ao contratado, ao menos 30%. - Exigir o nível máximo de garantia contratual permitido em lei com vistas a assegurar o compromisso da empresa na prestação adequada dos serviços.
Ação de Contingência:	- Acompanhar com rigor o IMR, mecanismo que define, em bases compreensíveis, tangíveis, objetivamente observáveis e comprováveis, os níveis esperados de qualidade da prestação do serviço e respectivas adequações de pagamento; - Gestão/Fiscalização do contrato com aplicação de sanções previstas quando ocorrer alguma falha contratual e, em último caso, cancelar contrato e adjudicar novo fornecedor ou promover nova contratação.
Risco 5	Falência da empresa vencedora
Probabilidade:	Baixa
Impacto:	Alto



Dano:	Atraso nos serviços
Ação Preventiva:	- Exigir requisitos habilitatórios relativos à qualificação econômica – financeira. - Exigir garantia contratual, conforme Art. 96 da Lei 14.133/21
Ação de Contingência:	Adjudicar novo fornecedor ou promover nova contratação.
Risco 6	Indisponibilidade dos serviços
Probabilidade:	Baixa
Impacto:	Alto
Dano:	Atraso ou não realização dos serviços
Ação Preventiva:	Verificar previamente a disponibilidade dos serviços
Ação de contingência:	Adjudicar novo fornecedor
Risco 7	Deterioração dos equipamentos dos imóveis
Probabilidade:	Média
Impacto:	Alto
Dano:	Prejuízos financeiros para administração
Ação preventiva:	Proteger os equipamentos que estão mais expostos à degradação
Ação de contingência:	Estabelecer critérios de responsabilidade pelos danos para contratada
Risco 8	Fornecimento de materiais sem qualidade e o não fornecimento dos materiais necessários para execução do serviço
Probabilidade:	Média
Impacto:	Alto
Dano:	Prejuízos financeiros e risco à qualidade e durabilidade dos materiais disponibilizados aos alunos.
Ação Preventiva:	Exigência de prova gráfica e controle prévio à utilização dos produtos.
Ação de Contingência:	Devolução dos materiais de baixa qualidade e aplicação de sanções.
Risco 9	Paralisação devido aos fenômenos naturais
Probabilidade:	Média
Impacto:	Alto
Dano:	Atraso no cronograma
Ação Preventiva:	Planejar a execução do serviço para períodos não chuvosos
Ação de Contingência:	Prorrogação do cronograma para cumprimento do objeto
Risco 10	Acréscimo de itens previstos e não previstos devido às necessidades de execução do serviço
Probabilidade:	Baixa
Impacto:	Alto
Dano:	Modificação orçamentária no futuro contrato
Ação Preventiva:	Previsão contratual de um percentual de acordo com o valor do serviço
Ação de Contingência:	Elaboração para dar continuidade ao serviço.

17. DA PARTICIPAÇÃO DE CONSÓRCIO

17.1. Será permitida a participação de pessoa jurídica em consórcio, observadas as seguintes normas, em conformidade com o artigo 15 da Lei 14.133/2021:

17.2. Deverá haver a comprovação de compromisso público ou particular de constituição do consórcio, subscrito pelos consorciados;

17.3. Deverá ser indicada qual a empresa líder do consórcio, que será responsável por sua representação



perante a Administração;

17.4. Para efeito de habilitação técnica, será admitido o somatório dos quantitativos de cada consorciado;

17.5. Para efeito de habilitação econômico-financeira, será admitido o somatório dos valores de cada consorciado;

17.5.1. Haverá um acréscimo 10% sobre o valor exigido para o licitante individual, não se aplicando aos consórcios compostos, em sua totalidade, de microempresas e pequenas empresas.

17.6. A empresa consorciada estará impedida de participar de mais de um consórcio ou de forma isolada na mesma licitação;

17.7. Os integrantes são responsáveis solidariamente pelos atos praticados tanto na fase de licitação quanto na fase de execução do contrato;

17.8. Caso o licitante em consórcio seja o vencedor do certame, deverá promover, antes da celebração da ata/contrato, a constituição e o registro do consórcio, nos termos do compromisso firmado;

17.9. Poderá ser estabelecido limite máximo de empresas consorciadas, desde que haja justificativa técnica;

17.10. Será permitida a substituição de consorciado, desde que expressamente autorizada pelo órgão contratante, estando a substituição condicionada à comprovação de que a nova empresa do consórcio possui, no mínimo os mesmos quantitativos para efeito de habilitação técnica e os mesmos valores para efeito de qualificação econômico-financeira apresentados pela empresa substituída para fins de habilitação do consórcio no processo licitatório que originou o contrato.

18 – JUSTIFICATIVA

O ordenamento jurídico, mediante a Lei Federal 14.133/2021, consagra a licitação como regra geral para as contratações. Para tanto, o processo licitatório, zela pela legalidade, isonomia, sigilo das propostas, e imparcialidade, buscando a obtenção da proposta mais vantajosa para a contratação, mediante o poder público. Dessa forma, a licitação é um importante instrumento para a consolidação do princípio da igualdade, transparecendo os atos administrativos, e exercendo a gestão pública com idoneidade e legalidade.

Os serviços de dedetização, desratização, controle de pragas e vetores, limpeza de caixa d'água, desentupimentos em geral e desinfecção em geral são necessários para manutenção dos órgãos da Prefeitura Municipal, pois constituem serviços de condições básicas de saúde.

A dedetização, desratização, e combate ao controle de pragas e vetores é um serviço essencial para a saúde de todos, de maneira que se pretende evitar o risco de contaminação, infecção, disseminação de doenças, e a consequente propagação das pragas que geraria uma grave situação que se instalaria no local.

Os animais – vetores, insetos e rastejantes – além de ser um extenso número em cada categoria, são veiculadores de fungos e bactérias, podendo infectar as pessoas, as quais manifestariam doenças, como alergias; urticárias; picadas; convulsões; vômitos; diarreias; entre outras, que comprometeriam a saúde das crianças e funcionários nas redes de ensino municipais, e os pacientes e funcionários nas Unidades Básicas de Saúde.

Os serviços de desentupimentos e desinfecção em geral são essenciais para a boa e adequada manutenção das unidades escolares e das unidades básicas de saúde, pois os reservatórios de caixa de gordura, caixa de passagem, caixa d'água, rede de esgoto, ralos, limpeza de ambiente infectado, constituem serviços básicos para que os sistemas dos reservatórios acima, diante de um problema detectado, voltem a funcionar o mais rápido possível com a realização do desentupimento e da limpeza e desinfecção.

Nesse sentido, os órgãos requisitantes necessitam dos aludidos serviços para a realização de desentupimentos, limpeza de fossa e dedetização, bem como o devido funcionamento de suas localidades, portanto, destaca-se a importância das prestações de serviços, pois a manutenção dos serviços municipais atenderá às necessidades de todos os envolvidos.



Portanto, faz-se necessária a licitação para a contratação das prestações de serviços correlatos e básicos de manutenção e saúde, com o intuito de proporcionar melhoria e adequação no ambiente físico, melhores condições de saúde para o bem-estar de todos os envolvidos, mediante regular processo licitatório, respeitando-se os princípios de legalidade, impessoalidade, igualdade, julgamento objetivo, celeridade, economicidade, moralidade, e eficácia dos atos administrativos.

19. REAJUSTE

19.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irremovíveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado.

19.2. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo contratante, do índice IPCA, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

19.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

19.4. No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o contratante pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo.

19.5. Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.

19.6. Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

19.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

19.8. O reajuste será realizado por apostilamento.

Pouso Alegre, 08 de abril de 2024.

Suelene Marcondes de Souza Faria

Secretária Municipal de Educação

Marcela Reis Severino do Nascimento

Secretária Municipal de Políticas Sociais

Rosaly Esther Vilas Boas Mattozo

Secretária Municipal de Saúde

Alexandre Luciano de Oliveira

Secretário Municipal de Infraestrutura, Obras e Serviços Públicos

João Romão de Lima

Secretário Municipal de Administração



Silvestre Cândido de Sousa Turbino
Secretário Municipal de Finanças

Roberto Francisco dos Santos
Secretário Municipal de Gestão de Pessoas

Renato Garcia de Oliveira Dias
Secretário Municipal de Planejamento Urbano e Meio Ambiente

Márcio Eli Barbosa Júnior
Secretário Municipal de Trânsito e Transportes

Regina Maria Franco A. de Brito
Superintendente Municipal de Cultura

Rooney Ferreira e Souza
Superintendente Municipal de Esportes

Wellington Camargo Ramos
Superintendente Municipal de Gestão de Recursos Materiais

Renato Garcia de Oliveira Dias
Chefe de Gabinete

Demétrius Amaral Beltrão
Procurador Geral do Município

Joel José de Faria
Secretário Municipal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento.



ANEXO II

MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 54/2024
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 118/2024
ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº.....

Aos XX dias do mês de XXXX de XXXX, o **MUNICÍPIO DE POUSO ALEGRE/MG**, pessoa jurídica de direito público interno, sediado na Rua dos Carijós, nº 45, bairro Centro, cadastrado junto ao Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda (CNPJ/MF) sob nº 18.675.983/0001-21, neste ato representado pela **Secretária Municipal de Educação, Secretária Municipal de Políticas Sociais, Secretária Municipal de Saúde, Secretário Municipal de Infraestrutura, Obras e Serviços Públicos, Secretário Municipal de Administração, Secretário Municipal de Finanças, Secretário Municipal de Gestão de Pessoas, Secretário Municipal de Planejamento Urbano e Meio Ambiente, Secretário Municipal de Trânsito e Transporte, Superintendência Municipal de Cultura, Superintendência Municipal de Esportes, Superintendência Municipal de Gestão de Recursos Materiais, Chefia de Gabinete, Procuradoria Geral do Município e Secretaria Municipal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento**, devidamente inscrito junto ao Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda (CPF/MF) sob o nº, portadora da Cédula de Identidade RG nº M, nomeada pela Portaria nº, de , publicada em, e em conformidade com as atribuições que lhe foram delegadas pelo Decreto nº, de, publicado em, **nos termos da Lei nº 14.133, de 01 de abril de 2021 , do Decreto Federal nº 11.462, de 31 de março de 2023 , do Decreto Municipal nº 5599/2023 de 13 de março de 2023 , do Decreto municipal nº 5773 de 07 de dezembro de 2023, e as demais normas legais correlatas; em face da classificação das propostas apresentadas no Pregão Eletrônico para Registro de Preços nº 54/2024**, resolve REGISTRAR OS PREÇOS para a eventual contratação dos itens a seguir elencados, conforme especificações do Termo de Referência, tendo sido, os referidos preços, oferecidos pela empresa, inscrita no CNPJ sob o nº XXXX, com sede na XXXX, CEP XXXX, no Município de....., neste ato representada pelo(a) Sr(a). XXXX,, portador da Cédula de Identidade RG nº e devidamente inscrito junto ao Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda (CPF/MF) sob o nº, respeitando os termos do Edital referido, a proposta da **DETENTORA**, e as cláusulas seguintes:

54

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO E VALOR

1.1. O objeto desta Ata é a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE DEDETIZAÇÃO, DESINFECÇÃO E DESENTUPIMENTOS EM GERAL**, para atender as necessidades da Prefeitura Municipal de Pouso Alegre/MG.

1.2. O valor total da Ata é de **R\$ xxx (xxxxx)**, divididos conforme especificações do Termo de Referência e quantidades estabelecidas abaixo:

1.3. A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar as contratações que deles poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a contratação pretendida, sendo assegurada ao beneficiário do Registro a preferência de fornecimento em igualdade de condições.

CLÁUSULA SEGUNDA - DOS ÓRGÃOS PARTICIPANTES

2.1. Constituem-se participantes os seguintes órgãos:

- a) **SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO,**
- b) **SECRETARIA MUNICIPAL DE POLÍTICAS SOCIAIS,**
- c) **SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE,**
- d) **SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA, OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS,**
- e) **SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO,**
- f) **SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS,**
- g) **SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO DE PESSOAS,**



- h) SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO URBANO E MEIO AMBIENTE,
- i) SECRETARIA MUNICIPAL DE TRÂNSITO E TRANSPORTE,
- j) SUPERINTENDÊNCIA MUNICIPAL DE CULTURA,
- l) SUPERINTENDÊNCIA MUNICIPAL DE ESPORTES,
- m) SUPERINTENDÊNCIA MUNICIPAL DE GESTÃO DE RECURSOS MATERIAIS,
- n) CHEFIA DE GABINETE,
- o) PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO E
- p) SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO

CLÁUSULA TERCEIRA - DA VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

3.1. O prazo de vigência da Ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses, contados do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP, e poderá ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso de acordo com o art. 84 caput da Lei 14.133/21 e art. 22 do decreto nº 11.462, de 31 de março de 2023.

3.2. O eventual contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência de 12(doze) meses, contado de sua assinatura, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133 de 2021, podendo ser prorrogado, nos moldes dos artigos 106 e 107 da referida lei.

3.3. A prestação dos serviços deverá ocorrer em até 07 (sete) dias corridos a contar do recebimento da Ordem de Serviço, exceto em caso de urgência.

3.4. Comunicar imediatamente ao Fornecedor registrando quaisquer irregularidades na prestação do serviço.

3.5. Comunicar imediatamente ao Fornecedor registrando quaisquer irregularidades no fornecimento do objeto licitado e/ou vício no produto adquirido para que seja providenciada a regularização no prazo de 07 (sete) dias corridos do recebimento da comunicação.

3.6. A fornecedora deverá informar ao ÓRGÃO GERENCIADOR, em até 24 (vinte e quatro) horas à data prevista, os motivos que impeçam a realização da entrega dos produtos nas condições previstas neste Termo de Referência, sob pena de aplicação das sanções aqui previstas e as demais legais.

CLÁUSULA QUARTA - DA ALTERAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

4.1. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados pela ata de registro de preços,—inclusive o acréscimo de que trata o art. 125 da Lei nº 14.133, de 2021.

CLÁUSULA QUINTA - DA CONTRATAÇÃO COM OS PRESTADORES

5.1. A contratação com o prestador registrado observará a classificação segundo a ordem da última proposta apresentada durante a fase competitiva da licitação que deu origem à presente ata e será formalizada mediante Instrumento Contratual, conforme disposto na Lei no 14.133/2021, e obedecidos os requisitos pertinentes do Decreto no DECRETO Nº 11.462, DE 31 DE MARÇO DE 2023, da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021,

5.2 A contratação com os fornecedores registrados nesta Ata de Registro de Preços será formalizada pelo órgão ou entidade interessado por intermédio de instrumento contratual ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021

5.3 O contrato decorrente desta Ata de Registro de Preços terá sua vigência estabelecida em conformidade com as disposições dos art. 105 a 114 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.4 Os contratos decorrentes do Sistema de Registro de Preços poderão ser alterados, observado o disposto



no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021

5.5. O órgão convocará a prestadora com preço registrado em Ata para, a cada contratação, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, efetuar a retirada da Nota de Empenho/assinar o Contrato, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no Edital e na Ata de Registro de Preços.

5.6. Esse prazo poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada do prestador e aceita pela Administração.

5.5. Previamente à formalização de cada contratação, o Município realizará consulta ao SICAF para identificar possível proibição de contratar com o Poder Público e verificar a manutenção das condições de habilitação.

5.6. A Contratada ficará obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões contratuais que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

5.7. É vedada a subcontratação total ou parcial do objeto do contrato.

5.8. A Contratada deverá manter durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

CLÁUSULA SEXTA – DOS CONSORCIADOS

6.1. Os termos da permissão de participação em consórcio dar-se-ão nos moldes descritos no Termo de Referência da(s) Secretaria(s) Requisitante(s) constante do Anexo I do edital.

CLÁUSULA SÉTIMA – DO PREÇO

7.1. Durante a vigência de cada contratação, os preços serão fixos e irrevogáveis, assegurado o direito ao equilíbrio econômico-financeiro, nos casos e condições previstos no respectivo edital.

CLÁUSULA OITAVA - DAS OBRIGAÇÕES DO ÓRGÃO GERENCIADOR

8.1. O ÓRGÃO GERENCIADOR e a DETENTORA deverão seguir as normas descritas no Termo de Referência da(s) Secretaria(s) Requisitante(s) constante do Anexo I do edital.

CLÁUSULA NONA - DO RECEBIMENTO DO OBJETO E DA FISCALIZAÇÃO

9.1. O recebimento dos objetos assim como sua fiscalização deverá seguir o exigido no Termo de Referência da(s) Secretaria(s) Requisitante(s) constante do Anexo I do edital.

CLÁUSULA DÉCIMA - DO PAGAMENTO

10.1. O pagamento dar-se-á nos moldes descritos no Termo de Referência da(s) Secretaria(s) Requisitante(s) constante do Anexo I do edital.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS INFRAÇÕES E DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

10.1. São aplicáveis as sanções previstas no Termo de Referência da(s) Secretaria(s) Requisitante(s) constante do Anexo I do edital.

CLAUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA REVISÃO E CANCELAMENTO

12.1 Os preços registrados poderão ser alterados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo objeto, nas seguintes situações:



12.1.1 Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuado, nos termos do art. 124, II, d da Lei nº 14.133, de 2021;

12.1.2 Decorrente de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados.

12.1.3 Quando o preço registrado se tornar superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado;

12.2. O fornecedor que não aceitar reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, será liberado do compromisso assumido referente ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.

12.2.1. Havendo a liberação do fornecedor, nos termos do subitem anterior, o gerenciador deverá convocar os fornecedores do cadastro de reserva, caso exista, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado;

12.3. Não havendo êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora deverá proceder ao cancelamento da ata de registro de preços.

12.4. Caso haja a redução do preço registrado, o órgão ou entidade gerenciadora deverá comunicar aos órgãos e as entidades que tiverem formalizado contratos, para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciarem negociação com vistas à alteração contratual;

12.5. No caso do preço de mercado se tornar superior ao preço registrado e o fornecedor não puder cumprir as obrigações contidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso;

12.5.1. Para fins do disposto neste subitem, deverá o fornecedor encaminhar juntamente com o pedido de alteração, documentação comprobatória ou planilha de custos que demonstre que o preço registrado se tornou inviável frente às condições inicialmente pactuadas.

12.5.2. Caso não demonstrada a existência de fato superveniente que torne insubsistente o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora, ficando o fornecedor obrigado a cumprir obrigações contidas na ata, sob pena das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e em outras legislações aplicáveis.

12.6. Havendo cancelamento do registro do fornecedor, o gerenciador deverá convocar os fornecedores do cadastro de reserva, caso exista, na ordem de classificação, para assegurar igual oportunidade de negociação.

12.7. O registro do licitante vencedor também será cancelado pelo órgão ou entidade gerenciadora quando:

12.7.1. Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado.

12.7.2. Não retirar a nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável.

12.7.3. Não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado.

12.7.4. Por razão de interesse público.

12.7.5. Sofrer a sanção prevista no art. 156, III e/ou IV da Lei nº 14.133, de 2021.

12.8. Os cancelamentos de registros fundados nas hipóteses supracitadas serão formalizados por despacho do órgão gerenciador, assegurado o contraditório e a ampla defesa.



CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

13.1. Integram o Edital, independentemente de transcrição, a Ata de Registro de Preços, o Termo de Referência e a proposta da empresa.

13.2. Nos casos omissos aplicar-se-ão as disposições constantes do **DECRETO Nº 11.462, DE 31 DE MARÇO DE 2023**, da Lei Complementar no 123/06, e da Lei no 14.133/2021, subsidiariamente.

13.3. O foro para dirimir questões relativas a presente Ata será o de Pouso Alegre – MG, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

13.4. As despesas correspondentes à execução da ATA/contrato correrão por conta das seguintes Dotações Orçamentárias:

13.4.1. SECRETARIA MUNICIPAL DE POLÍTICAS SOCIAIS

FICHA	DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA	DESCRIÇÃO	TIPO DE RECURSO
303	02.006.000.0008.0244.0025.2032.333903 9000000000000 Vínculo: 15000000000	Outros serviços de terceiros - Pessoa Jurídica – MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE POLITICAS SOCIAIS	PRÓPRIO

FICHA	DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA	DESCRIÇÃO	TIPO DE RECURSO
918	02.016.000.0008.0244.0025.2034.333903 9000000000000 Vínculo: 16610000000	Outros serviços de terceiros - Pessoa Jurídica – MANUTENCAO DO PISO MINEIRO DE ASSISTENCIA SOCIAL	VINCULADO

58

13.4.2. SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

FICHA	DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA	DESCRIÇÃO	TIPO DE RECURSO
605	02.011.000.0010.0122.0002.2102.333903 9000000000000 Vínculo: 15000001002	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	SAÚDE

FICHA	DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA	DESCRIÇÃO	TIPO DE RECURSO
656	02.011.000.0010.0301.0002.2157.333903 9000000000000 Vínculo: 15000001002	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	SAÚDE

FICHA	DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA	DESCRIÇÃO	TIPO DE RECURSO
1292	02.011.000.0010.0302.0003.2103.333903 9000000000000 Vínculo: 15000001002	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	SAÚDE



FICHA	DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA	DESCRIÇÃO	TIPO DE RECURSO
684	02.011.000.0010.0302.0002.2224.333903 9000000000000 Vínculo: 15000001002	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	SAÚDE

FICHA	DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA	DESCRIÇÃO	TIPO DE RECURSO
1394	02.011.000.0010.0305.0002.2130.333903 9000000000000 Vínculo: 15000001002	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	SAÚDE

13.4.3. SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

FICHA	DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA	DESCRIÇÃO	TIPO DE RECURSO
438	02.007.000.0012.0365.0027.2227.333903 9000000000000. Vínculo: 15500000000	Outros serviços de terceiros - Pessoa Jurídica	QESE - Transferência do Salário- Educação
FICHA	DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA	DESCRIÇÃO	TIPO DE RECURSO
379	02.007.000.0012.0361.0027.2060.333903 9000000000000. Vínculo: 15500000000	Outros serviços de terceiros - Pessoa Jurídica	QESE - Transferência do Salário- Educação

59

13.4.4. SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA, OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS

FICHA	DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA	DESCRIÇÃO	TIPO DE RECURSO
556	02.009.000.0004.0122.0029.2090.333903 9000000000000 Vínculo: 15000000000	Outros serviços de terceiros - Pessoa Jurídica – MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE OBRAS E INFRAESTRUTURA	GERAL

13.4.5. SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

FICHA	DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA	DESCRIÇÃO	TIPO DE RECURSO
949	02.020.000.0004.0122.0045.2686.333903 9000000000000. Vínculo: 15000000000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	PRÓPRIO



13.4.6. SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO

FICHA	DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA	DESCRIÇÃO	TIPO DE RECURSO
191	02.003.0004.0122.0001.2009.3.3.90.39.0 0 Vínculo: 150000000000	MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE AGRICULTURA , PECUÁRIA E ABASTECIMENTO, OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS-PESSOA JURÍDICA	GERAL
FICHA	DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA	DESCRIÇÃO	TIPO DE RECURSO
203	02.003.000.0020.0606.0010.2010.333903 900 Vínculo: 150000000000	MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE AGRICULTURA , PECUÁRIA E ABASTECIMENTO, OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS-PESSOA JURÍDICA	GERAL

13.4.7. SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS

FICHA	DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA	DESCRIÇÃO	TIPO DE RECURSO
473	02.008.2087.0004.0123.0028.3.39039000 000 Vínculo: 150000000000	MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE AGRICULTURA , PECUÁRIA E ABASTECIMENTO, OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS-PESSOA JURÍDICA	GERAL

13.4.8. SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO DE PESSOAS

FICHA	DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA	DESCRIÇÃO	TIPO DE RECURSO
830	02.014.000.0004.0122.0038.2189.333903 9000000000000 Vínculo: 150000000000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS-PESSOA JURÍDICA	GERAL

13.4.9. SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO URBANO E MEIO AMBIENTE

FICHA	DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA	DESCRIÇÃO	TIPO DE RECURSO
582	02.010.000.0004.0122.0030.2094.333903 9000000000000. Vínculo: 150000000000	MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE PLANEJAMENTO - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS -PESSOA JURÍDICA	GERAL

13.4.10. SECRETARIA MUNICIPAL DE TRÂNSITO E TRANSPORTES

FICHA	DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA	DESCRIÇÃO	TIPO DE RECURSO
867	02.015.000.0026.0782.0041.2198.333903 9000000000000 Vínculo: 150000000000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	GERAL



13.4.11. SUPERINTENDÊNCIA MUNICIPAL DE CULTURA

FICHA	DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA	DESCRIÇÃO	TIPO DE RECURSO
974	02.015.000.0026.0782.0041.2198.333903 9000000000000 Vínculo: 150000000000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	GERAL

13.4.12. SUPERINTENDÊNCIA MUNICIPAL DE ESPORTES

FICHA	DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA	DESCRIÇÃO	TIPO DE RECURSO
1514	02.012.000.0004.0122.0035.2172.333903 9000000000000 Vínculo: 150000000000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	GERAL

13.4.13. SUPERINTENDENCIA MUNICIPAL DE GESTÃO DE RECURSOS MATERIAIS

FICHA	DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA	DESCRIÇÃO	TIPO DE RECURSO
178	02.002.000.0004.0122.0004.2007.333903 9000000000000 Vínculo: 150000000000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	GERAL

13.4.14. CHEFIA DE GABINETE

FICHA	DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA	DESCRIÇÃO	TIPO DE RECURSO
161	02.001.000.0004.0122.0011.2005.333903 9000000000000 Vínculo: 150000000000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	GERAL

13.4.15. PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

FICHA	DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA	DESCRIÇÃO	TIPO DE RECURSO
816	02.013.000.0004.0122.0001.2188.333903 9000000000000 Vínculo: 150000000000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	GERAL

Pouso Alegre, 30 de agosto de 2024.

Suelene Marcondes de Souza Faria
SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Marcela Reis Severino do Nascimento
SECRETÁRIA MUNICIPAL DE POLÍTICAS SOCIAIS



Rosaly Esther Vilas Boas Mattozo
SECRETÁRIA MUNICIPAL DE SAÚDE.

Alexandre Luciano de Oliveira
SECRETÁRIO MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS,

João Romão de Lima
SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

Silvestre Cândido de Sousa Turbino
SECRETÁRIO MUNICIPAL DE FINANÇAS

Roberto Francisco dos Santos
SECRETÁRIO MUNICIPAL DE GESTÃO DE PESSOAS

Renato Garcia de Oliveira Dias
SECRETÁRIO MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO URBANO E MEIO AMBIENTE

Márcio Eli Barbosa Júnior
SECRETÁRIO MUNICIPAL DE TRÂNSITO E TRANSPORTE

DETENTORA

62

ANEXO III



MINUTA CONTRATO ADMINISTRATIVO N° xx /2024

**PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS N° 54/2024
PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 118/2024
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE POUSO ALEGRE/MG
CONTRATADA:**

Aos.....dias do mês de do ano de 2024 (dois mil e vinte e quatro), nesta cidade de Pouso Alegre, Estado de Minas Gerais, as partes de um lado o **MUNICÍPIO DE POUSO ALEGRE/MG**, pessoa jurídica de direito público interno, sediado na rua carijós, n°45.,Centro, cadastrado junto ao Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda (CNPJ/MF) sob n° 18.675.983/0001-21 neste ato representado pelos **Secretária Municipal de Educação, Secretária Municipal de Políticas Sociais, Secretária Municipal de Saúde, Secretário Municipal de Infraestrutura, Obras e Serviços Públicos, Secretário Municipal de Administração, Secretário Municipal de Finanças, Secretário Municipal de Gestão de Pessoas, Secretário Municipal de Planejamento Urbano e Meio Ambiente, Secretário Municipal de Trânsito e Transporte, Superintendência Municipal de Cultura, Superintendência Municipal de Esportes, Superintendência Municipal de Gestão de Recursos Materiais, Chefia de Gabinete, Procuradoria Geral do Município e Secretaria Municipal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento** devidamente inscrito junto ao Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda (CPF/MF) sob o n°, portador da Cédula de Identidade RG n.º M, nomeada pela Portaria no, de , publicada eme em conformidade com as atribuições que lhe foram delegadas pela Portaria n..... de....., publicada em; denominado **CONTRATANTE**, e, de outro lado, a empresa, pessoa jurídica de direito privado, sediada na, no Município de, Estado de, cadastrada junto ao Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda - CNPJ/MF sob o n°, com Inscrição Estadual registrada sob n°, neste ato representado pelo **Sr.** portador da Cédula de Identidade RG n°, inscrita no Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda - CPF/MF sob o n° doravante denominada **CONTRATADA**, têm entre si justo e acordado celebrar o presente contrato, em face do resultado do **Pregão Eletrônico para Registro de Preços n° 54/2024**, que se regerá pela Lei n° 14.133, de 01 de abril de 2021, bem como o Edital referido, a proposta da **CONTRATADA**, e as cláusulas seguintes:

63

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO.

1.1. O objeto do presente contrato é a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE DEDETIZAÇÃO, DESINFECÇÃO E DESENTUPIMENTOS EM GERAL**, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

1.2 A **CONTRATADA** somente prestará os serviços por meio de ordem de serviço emitida pela secretaria requisitante.

CLÁUSULA SEGUNDA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

2. As despesas correspondentes à execução do presente contrato correrão por conta das seguintes Dotações Orçamentárias:

2.1. SECRETARIA MUNICIPAL DE POLÍTICAS SOCIAIS

FICHA	DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA	DESCRIÇÃO	TIPO DE RECURSO
303	02.006.000.0008.0244.0025.2032.333903 9000000000000. Vínculo: 15000000000	Outros serviços de terceiros - Pessoa Jurídica – MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE POLITICAS SOCIAIS	PRÓPRIO
FICHA	DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA	DESCRIÇÃO	TIPO DE RECURSO



918	02.016.000.0008.0244.0025.2034.333903 9000000000000 Vínculo: 16610000000	Outros serviços de terceiros - Pessoa Jurídica – MANUTENÇÃO DO PISO MINEIRO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	VINCULADO
-----	--	---	-----------

2.2. SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

FICHA	DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA	DESCRIÇÃO	TIPO DE RECURSO
605	02.011.000.0010.0122.0002.2102.333903 9000000000000 Vínculo: 15000001002	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	SAÚDE
656	02.011.000.0010.0301.0002.2157.333903 9000000000000 Vínculo: 15000001002	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	SAÚDE
1292	02.011.000.0010.0302.0003.2103.333903 9000000000000 Vínculo: 15000001002	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	SAÚDE
684	02.011.000.0010.0302.0002.2224.333903 9000000000000 Vínculo: 15000001002	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	SAÚDE
1394	02.011.000.0010.0305.0002.2130.333903 9000000000000 Vínculo: 15000001002	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	SAÚDE

64

2.3. SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

FICHA	DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA	DESCRIÇÃO	TIPO DE RECURSO
438	02.007.000.0012.0365.0027.2227.333903 9000000000000. Vínculo: 15500000000	Outros serviços de terceiros - Pessoa Jurídica	QESE - Transferência do Salário- Educação
379	02.007.000.0012.0361.0027.2060.333903 9000000000000. Vínculo: 15500000000	Outros serviços de terceiros - Pessoa Jurídica	QESE - Transferência do Salário- Educação

2.4. SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA, OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS

FICHA	DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA	DESCRIÇÃO	TIPO DE RECURSO
-------	----------------------	-----------	-----------------



556	02.009.000.0004.0122.0029.2090.333903 9000000000000 Vínculo: 150000000000	Outros serviços de terceiros - Pessoa Jurídica – MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE OBRAS E INFRAESTRUTURA	GERAL
-----	---	---	-------

2.5. SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

FICHA	DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA	DESCRIÇÃO	TIPO DE RECURSO
949	02.020.000.0004.0122.0045.2686.333903 9000000000000. Vínculo: 150000000000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	PRÓPRIO

2.6. SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO

FICHA	DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA	DESCRIÇÃO	TIPO DE RECURSO
191	02.003.0004.0122.0001.2009.3.3.90.39.0 0 Vínculo: 150000000000	MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE AGRICULTURA , PECUÁRIA E ABASTECIMENTO, OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS-PESSOA JURÍDICA	GERAL
203	02.003.000.0020.0606.0010.2010.333903 900 Vínculo: 150000000000	MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE AGRICULTURA , PECUÁRIA E ABASTECIMENTO, OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS-PESSOA JURÍDICA	GERAL

65

2.7. SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS

FICHA	DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA	DESCRIÇÃO	TIPO DE RECURSO
473	02.008.2087.0004.0123.0028.3.39039000 000 Vínculo: 150000000000	MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE AGRICULTURA , PECUÁRIA E ABASTECIMENTO, OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS-PESSOA JURÍDICA	GERAL

2.8. SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO DE PESSOAS

FICHA	DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA	DESCRIÇÃO	TIPO DE RECURSO
830	02.014.000.0004.0122.0038.2189.333903 9000000000000 Vínculo: 150000000000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS-PESSOA JURÍDICA	GERAL

2.9. SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO URBANO E MEIO AMBIENTE

FICHA	DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA	DESCRIÇÃO	TIPO DE RECURSO
582	02.010.000.0004.0122.0030.2094.333903 9000000000000. Vínculo: 150000000000	MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE PLANEJAMENTO - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS -PESSOA JURÍDICA	GERAL

2.10. SECRETARIA MUNICIPAL DE TRÂNSITO E TRANSPORTES



FICHA	DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA	DESCRIÇÃO	TIPO DE RECURSO
867	02.015.000.0026.0782.0041.2198.333903 9000000000000 Vínculo: 150000000000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	GERAL

2.11. SUPERINTENDÊNCIA MUNICIPAL DE CULTURA

FICHA	DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA	DESCRIÇÃO	TIPO DE RECURSO
974	02.015.000.0026.0782.0041.2198.333903 9000000000000 Vínculo: 150000000000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	GERAL

2.12. SUPERINTENDÊNCIA MUNICIPAL DE ESPORTES

FICHA	DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA	DESCRIÇÃO	TIPO DE RECURSO
1514	02.012.000.0004.0122.0035.2172.333903 9000000000000 Vínculo: 150000000000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	GERAL

2.13. SUPERINTENDENCIA MUNICIPAL DE GESTÃO DE RECURSOS MATERIAIS

FICHA	DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA	DESCRIÇÃO	TIPO DE RECURSO
178	02.002.000.0004.0122.0004.2007.333903 9000000000000 Vínculo: 150000000000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	GERAL

66

2.14. CHEFIA DE GABINETE

FICHA	DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA	DESCRIÇÃO	TIPO DE RECURSO
161	02.001.000.0004.0122.0011.2005.333903 9000000000000 Vínculo: 150000000000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	GERAL

2.15. PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

FICHA	DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA	DESCRIÇÃO	TIPO DE RECURSO
816	02.013.000.0004.0122.0001.2188.333903 9000000000000 Vínculo: 150000000000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	GERAL

CLÁUSULA TERCEIRA - DO PRAZO

3.1 O Contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência de 01 (um) ano, contado de sua assinatura, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133 de 2021, podendo ser prorrogado, nos moldes dos artigos 106 e 107 da referida lei.

3.2. O CONTRATANTE não aceitará ou receberá qualquer material com atraso, defeitos ou imperfeições, em desacordo com as especificações e condições constantes neste Termo de Referência, cabendo ao fornecedor efetuar as correções necessárias no prazo de até 07 (sete) dias corridos, contados a partir da data de recebimento da comunicação à CONTRATADA, sob pena de aplicação das sanções aqui previstas.



3.3. A fornecedora deverá informar ao CONTRATANTE, em até 24 (vinte e quatro) horas à data prevista, os motivos que impeçam a realização da entrega dos produtos nas condições previstas neste Termo de Referência, sob pena de aplicação das sanções aqui previstas e as demais legais.

CLÁUSULA QUARTA – DO VALOR

4.1 O valor do presente Contrato é de **R\$ XXXXX(XXXXX)**, conforme proposta apresentada e tabela abaixo:

CLÁUSULA QUINTA – DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

5.1. O Município de Pouso Alegre- MG efetuará o pagamento em até 30 (trinta) dias corridos da data do recebimento e aceite da Nota Fiscal devidamente atestada, respeitando-se o prazo de tramitação do empenho, salvo se houver alguma pendência em relação às certidões negativas, caso em que o prazo poderá ser acrescido até que haja regularização das mesmas.

5.2. O pagamento será realizado através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicadas pelo contratado.

5.3. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

5.4. A detentora regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

5.5. O Município, observados os princípios do contraditório e da ampla defesa, poderá deduzir, cautelar ou definitivamente, do montante a pagar, os valores correspondentes a multas, ressarcimentos ou indenizações devidas pelo Fornecedor, nos termos deste Termo de Referência.

5.6. O valor dos encargos será calculado pela fórmula: $EM = I \times N \times VP$, onde: EM = Encargos moratórios devidos; N = Números de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento; I = Índice de compensação financeira = 0,00016438; e VP = Valor da prestação em atraso.

5.7. A detentora fica obrigada a efetuar as retenções na fonte do Imposto de Renda (IR) sobre os pagamentos que efetuarem a pessoas físicas e jurídicas pelo fornecimento de bens ou prestação de serviços em geral, inclusive obras.

5.7.1. A todas as partes, deverão ser observadas as disposições do Decreto Municipal n.º 5.706/2023, da Lei Federal n.º 9.430/1996, da Instrução Normativa da RFB n.º 1.234/2012, da Instrução Normativa da RFB n.º 2.145/2023, e eventuais posteriores alterações.

5.8. Para efetivação dos pagamentos dos serviços prestados, a BENEFICIÁRIA DA ATA deverá apresentar juntamente com a Nota Fiscal Eletrônica, laudo fotográfico colorido, com no mínimo 06 (seis) fotografias coloridas, sendo “antes, durante e depois” à execução do serviço, comprovando assim, a prestação das atividades descritas na Ordem de Serviço através de imagens; em forma física e digital assim como, a apresentação dos laudos especificados no item 2.2.8 deste Termo de Referência; tornando o processo de execução e pagamento mais transparentes.

CLÁUSULA SEXTA - DO REAJUSTE

6.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano, contado da data do orçamento estimado, em 07/08/2024.

6.2. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo contratante, do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.



6.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

6.4. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o contratante pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

6.5. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

6.6. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

6.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

6.8. O reajuste será realizado por apostilamento.

CLÁUSULA SÉTIMA - RESPONSABILIDADES DA CONTRATANTE

7.1. O Município de Pouso Alegre/MG, mediante as Secretarias, será responsável pela lavratura da respectivo contrato, com base nas disposições da Lei nº 14.133/2022;

7.2. Assegurar os recursos orçamentários e financeiros para custear o contrato;

7.3. Acompanhar, controlar e avaliar a execução dos serviços, mediante a atuação dos Fiscais;

7.4. Fiscalizar a execução do contrato, mediante servidor especialmente designado, sendo permitida a assistência de terceiros, conforme dispõe o art. 117 da Lei 14.133/2021;

7.5. O Município de Pouso Alegre/MG se obriga a efetuar os pagamentos devidos, na forma e condições ora estipuladas;

7.6. Prestar todos os esclarecimentos necessários para a execução desta contratação;

7.7. Zelar pela boa qualidade do fornecimento, receber, apurar e solucionar queixas e reclamações, quando for o caso;

7.8. Comunicar e notificar por escrito o BENEFICIÁRIO DO CONTRATO qualquer irregularidade encontrada;

7.9. Analisar a nota fiscal para verificar se a mesma é destinada à realização da ordem de serviço encaminhada e se as especificações e execuções dos serviços são as mesmas descritas neste Termo de Referência;

CLÁUSULA OITAVA - RESPONSABILIDADES DA CONTRATADA

8.1. A Beneficiária da Ata se obriga a executar os serviços com eficiência e presteza, ficando de sua responsabilidade a realização dos serviços contratados;

8.2. Obedecer às especificações constantes no Termo de Referência;

8.3. Responsabilizar-se pela prestação dos serviços, ressaltando que todas as despesas de transporte e outras necessárias ao cumprimento de suas obrigações serão de responsabilidade do Beneficiário do contrato;

8.4. O retardamento na prestação dos serviços não justificado considerar-se-á como infração contratual;



- 8.5.** Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do serviço, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade à fiscalização ou o acompanhamento pelo órgão interessado;
- 8.6.** Manter com o Órgão Gerenciador relação sempre formal, por escrito, ressalvados os entendimentos verbais motivados pela urgência, que deverão ser de imediato, confirmados por escrito;
- 8.7.** Arcar com todos os ônus e encargos decorrentes da execução do objeto da ata, compreendidas todas as despesas incidentes direta ou indiretamente no custo, inclusive os previdenciários e fiscais, tais como impostos ou taxas, custos de deslocamento necessários à prestação dos serviços objeto deste Termo de Referência;
- 8.8.** Manter durante toda a execução da ata, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no Edital de licitação.
- 8.9.** Responsabilizar-se pelas despesas com vínculo empregatício de seus empregados e todos os ônus referentes aos serviços contratados: pagamentos de todas as obrigações fiscais, previdenciárias, comerciais e trabalhistas, além de seguros, indenizações, taxas, tributos pertinentes, normas de saúde pública e regulamentadoras do trabalho (NR), assim como pelo cumprimento de todas as demais obrigações atinentes a ata; não podendo ceder ou transferir a terceiros, os direitos e obrigações decorrentes deste termo de referência, sem a prévia e expressa concordância do ÓRGÃO GERENCIADOR, de modo que a inadimplência do BENEFICIÁRIO DO CONTRATO para com estes encargos, não transfere à Prefeitura Municipal de Pouso Alegre/MG a responsabilidade por seu pagamento, nem poderá onerar o objeto da ata.
- 8.10.** Caso seja necessário refazer o serviço, as despesas correspondentes correrão por conta do Beneficiário do Contrato;
- 8.11.** Responsabiliza-se por todos os danos causados pela inadequada realização do serviço solicitado, bem como por qualquer dano provocado durante a realização dos serviços executados pela do Beneficiário do Contrato;
- 8.12.** Responder perante o ÓRGÃO GERENCIADOR e a terceiros por eventuais prejuízos e danos decorrentes na condução do objeto deste instrumento sob a sua responsabilidade ou por erro relativos a execução do objeto;
- 8.13.** Responsabilizar-se por quaisquer ônus decorrentes de omissões ou erros na elaboração de estimativa de custos e que redundem em aumento de despesas para o Órgão Gerenciador;
- 8.14.** Responsabilizar-se pelos ônus resultantes de quaisquer ações, demandas, custos e despesas decorrentes de danos causados por culpa ou dolo de seus empregados, prepostos e/ou contratados, bem como se obrigar por quaisquer responsabilidades decorrentes de ações judiciais que lhe venham a ser atribuídas por força de lei, relacionadas com o cumprimento da contratação;
- 8.15.** Aceitar nas mesmas condições contratuais acréscimos ou supressões nos termos do artigo 125, *caput*, da Lei nº 14.133/2021;
- 8.16.** Atender prontamente a quaisquer exigências das Secretarias requisitante inerentes ao objeto desta contratação;
- 8.17.** Ressarcir os danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução da ata, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade, à fiscalização ou o acompanhamento pelo ÓRGÃO GERENCIADOR.
- 8.18.** Cumprir, durante a vigência do contrato, as exigências de reserva de cargos prevista em lei, bem como em outras normas específicas, para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social e para aprendiz; e apresentar os respectivos comprovantes do cumprimento dessas exigências sempre que solicitado pela CONTRATANTE, podendo-se comprovar por meio de indicação dos empregados e das condições de sua contratação e das funções desempenhadas.



CLÁUSULA NONA – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

9.1.1 São aplicáveis as sanções previstas no Título IV, capítulo I da Lei Federal n.º 14.133/2021 e demais normas pertinentes:

9.1.2. Deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo (a) pregoeiro(a) durante o certame;

9.1.3. Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado ou não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

9.1.4. Recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

9.1.5. Pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva ou deixar de apresentar amostra;

9.1.6. Apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;

9.1.7. Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

9.1.8. Recusar-se, sem justificativa, a assinar o Contrato ou a Ata de Registro de Preços, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

9.1.9. Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou execução do contrato;

9.1.10. Fraudar Licitação;

9.1.11. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando: agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

9.1.12. Induzir deliberadamente a erro no julgamento;

9.1.13. Apresentar amostra falsificada ou deteriorada;

9.1.14. Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

9.1.15. Praticar ato lesivo previsto no Art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013.

9.2.. Com fulcro na Lei n.º 14.133, de 2021, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

9.2.1. advertência;

9.2.2. multa;

9.2.3 impedimento de licitar e contratar, e

9.2.4 declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

9.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

9.3.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;

9.3.2. as peculiaridades do caso concreto;

9.3.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;



- 9.3.4.** os danos que dela provierem para a Administração Pública;
- 9.3.5.** a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.
- 9.4.** A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor da Ata licitada, recolhida no prazo máximo de 30 (trinta) dias úteis, a contar da comunicação oficial.
- 9.5.** Para as infrações previstas nos itens, 15.1.2, 15.1.3, 15.1.4 a multa será de 5% do valor do contrato licitado.
- 9.6.** Para as infrações previstas nos itens 15.1.4, 15.1.5, 15.1.6, 15.1.7 e 15.1.8 a multa será de 20% do valor do contrato licitado.
- 9.7.** As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.
- 9.8.** Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.
- 9.9.** A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens, 15.1.2, 15.1.3 e 15.1.4, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 03 (três) anos.
- 9.10.** Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 15.1.4, 15.1.5, 15.1.6, 15.1.7 e 15.1.8, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 15.1.1, 15.1.2 e 15.1.3 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no Art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021.
- 9.11.** A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o Contrato ou a Ata de Registro de Preços, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do Art. 45, §4º da IN SEGES/ME n.º 73, de 2022.
- 9.12.** A apuração de responsabilidade relacionada às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 02 (dois) ou mais servidores estáveis conforme estabelece o Art. 158. §1º da lei 14.133/2021, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.
- 9.13.** Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 05 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.
- 9.14.** Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.
- 9.15.** O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.



CLÁUSULA DÉCIMA - DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

10.1. O contrato se extingue quando vencido o prazo nele estipulado, independentemente de terem sido cumpridas ou não as obrigações de ambas as partes contraentes.

10.2. O contrato pode ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

10.2.1. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a rescisão se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

10.2.2.1. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

10.3. O termo de rescisão, sempre que possível, será precedido;

10.3.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

10.3.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

10.3.3. Indenizações e multas.

10.4. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório (art. 131, caput, da Lei nº 14.133, de 2021).

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – TRANSMISSÃO DE DOCUMENTOS

11.1. A troca eventual de documentos e cartas entre a **CONTRATANTE** e a **CONTRATADA** será feita através de protocolo. Nenhuma outra forma será considerada como prova de entrega de documentos ou cartas.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - ALTERAÇÃO

12.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

12.2. A **CONTRATADA** é obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

12.3. As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do termo de contrato.

12.4. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

13.1. O presente Termo de Contrato rege-se pelas disposições expressas na Lei nº 14.133, de 01 de abril de 2021, Decretos municipais, e pelos preceitos de direito público, aplicando-se, supletivamente, os princípios da Teoria Geral dos Contratos e as disposições de direito privado e demais legislação municipal.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO:



14.1. O contrato deverá ser executada fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei n.º 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial (Lei n.º 14.133/2021, Art. 115, caput).

14.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila (Lei n.º 14.133/2021, Art. 115, §5º).

14.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

14.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

14.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterà informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

14.6. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) da Ata, ou pelos respectivos substitutos (Lei n.º 14.133, de 2021, Art. 117, caput).

14.7. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelos seguintes fiscais:

14.7.1. Serão fiscais da **SECRETARIA MUNICIPAL DE POLITICAS SOCIAIS:**

Fiscalização Técnica

Titular: Sandra Cristina Bazoli de Moura (fiscal sanitaria), matrícula: 14776-1.

Suplente: João Bosco Guerra Pedroso (veterinário), matrícula: 7117-1

Fiscalização Administrativa

Titular: Vanilda de Freitas - matricula nº 23644;

Suplente: Luzia De Fátima Gusmão de Godoi - matricula nº 14.109-3

Gestor do contrato

Titular: Wander Tadeu Rosa – matricula nº 12.945

Suplente: Ronan Mendes Rocha – matrícula nº 22.925

14.7.2. Serão fiscais da **SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO:**

Fiscalização Técnica



Titular: Sandra Cristina Bazoli de Moura (fiscal sanitaria), matrícula: 14776-1.

Suplente: João Bosco guerra Pedrosa (veterinário), matrícula: 7117-1

Fiscalização Administrativa

Titular: Francislaine Fernanda Alves de Araújo – Mat.: 23.380-01

Suplente: Antônio Carlos Camilo – Mat.: 22.656-03

Gestor do contrato

Titular: Suelene Marcondes de Souza Faria – matrícula 14257-2

Suplente: Evandro Carvalho Lopes – 21151-5

14.7.3. Serão fiscais da SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE:

Fiscalização Técnica

Titular: Sandra Cristina Bazoli de Moura (fiscal sanitaria), matrícula: 14776-1.

Suplente: João Bosco Guerra Pedrosa (veterinário), matrícula: 7117-1

Fiscalização Administrativa

Titular: Julia Vallery dos Santos Oliveira, matrícula: 22593-1.

Suplente: Juliana Fernandes Ramos, matrícula: 18936-1.

Gestor do contrato

Titular: Jorge Luís de Godoy, matrícula: 13070-1.

Suplente: João Pedro Sobreiro, matrícula: 23393-1.

14.7.4. Serão fiscais da SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS:

Fiscalização Técnica

Titular: Sandra Cristina Bazoli de Moura (fiscal sanitaria), matrícula: 14776-1.

Suplente: João Bosco guerra Pedrosa (veterinário), matrícula: 7117-1

Fiscalização Administrativa



Titular: Pedro Guilherme Siqueira Rezende - matrícula 22.596.

Suplente: Jonathas B. de Carvalho - matrícula 21.228.

Gestor do contrato

Titular: Anna Julia Priante Campos Guersoni - matrícula 22671.

Suplente: Patrícia Andrea Dias - matrícula 23058.

14.7.5. Serão fiscais da SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO:

Fiscalização Técnica

Titular: Sandra Cristina Bazoli de Moura (fiscal sanitária), matrícula: 14776-1.

Suplente: João Bosco guerra Pedroso (veterinário), matrícula: 7117-1

Fiscalização Administrativa

Titular: Roberta Fernanda Leite dos Santos, matrícula 23166-2

Suplente: Elisângela da Fonseca Vieira Caria, matrícula 23273-1

Gestor do contrato

Titular: João Romão de Lima, Secretário de Administração

Suplente: Isaias Arantes da Silva, Superintendente de Administração, mat. 20190-3

14.7.6. Serão fiscais da SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO:

Fiscalização Técnica

Titular: Sandra Cristina Bazoli de Moura (fiscal sanitária), matrícula: 14776-1.

Suplente: João Bosco guerra Pedroso (veterinário), matrícula: 7117-1

Fiscalização Administrativa

Titular: Fábio Herculano da Costa, matrícula 23117;

Suplente: Joyce Jardim Farias Silva, matrícula 23198;

Gestor do contrato



Titular: Henrique Aparecido de Oliveira Joia, matrícula nº 6119;

Suplente: Anderson Cesar Medeiros Schroder, matrícula nº 23198;

14.7.7. Serão fiscais da SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS:

Fiscalização Técnica

Titular: Sandra Cristina Bazoli de Moura (fiscal sanitaria), matrícula: 14776-1.

Suplente: João Bosco guerra Pedroso (veterinário), matrícula: 7117-1

Fiscalização Administrativa

Titular: Valter Ordones Manoel - matrícula 20323

Suplente: Carla Milena Pereira de Godoi - 23572

Gestor do contrato

Titular: Fabiola Ferreira de Araújo Santos – matrícula 23.157

Suplente: Eduardo Pereira Souza – matrícula 23.410

14.7.8. Serão fiscais da SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO DE PESSOAS:

Fiscalização Técnica

Titular: Sandra Cristina Bazoli de Moura (fiscal sanitaria), matrícula: 14776-1.

Suplente: João Bosco guerra Pedroso (veterinário), matrícula: 7117-1

Fiscalização Administrativa

Titular: Camila Gomes de Freitas - Mat. 15802-1

Suplente: Helen Patrícia Cristel Silva - Mat. 13447-1

Gestor do contrato

Titular: Francisco Paulo da Silva - Mat. 19830-1

Suplente: Rebeka Barbosa Ribeiro - Mat. 22636-1



14.7.9. Serão fiscais da SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO URBANO E MEIO AMBIENTE:

Fiscalização Técnica

Titular: Sandra Cristina Bazoli de Moura (fiscal sanitária), matrícula: 14776-1.

Suplente: João Bosco guerra Pedrosa (veterinário), matrícula: 7117-1

Fiscal Administrativo

Titular: Ana Clara Arantes Viana de Andrade - Matrícula 15654.

Suplente: Anderson Cleiton Santos de Lima - Matrícula 7092.

Gestor do contrato

Titular: Renato Garcia de Oliveira Dias - Matrícula – 22655.

14.7.10. Serão fiscais da SECRETARIA MUNICIPAL DE TRÂNSITO E TRANSPORTES:

Fiscalização Técnica

Titular: Sandra Cristina Bazoli de Moura (fiscal sanitária), matrícula: 14776-1.

Suplente: João Bosco guerra Pedrosa (veterinário), matrícula: 7117-1

Fiscalização Administrativa

Titular: Rosemere Aparecida Fortes Bessa da Silva - Matrícula 16661-1

Suplente: Mônica Renata Azevedo Pereira - matrícula 8595-1

Gestor do Contrato

Titular: Amanda Giovanneti Prado - Matrícula 22826-1

Suplente gestor do contrato: Lauren Silva Lomelino - Matrícula 21960-2

14.7.11. Serão fiscais da SUPERINTENDÊNCIA MUNICIPAL DE CULTURA:

Fiscalização Técnica



Titular: Sandra Cristina Bazoli de Moura (fiscal sanitaria), matrícula: 14776-1.

Suplente: João Bosco guerra Pedrosa (veterinário), matrícula: 7117-1

Fiscalização Administrativa

Titular: José Ronildo Lopes Soares, matrícula 19.601-1;

Suplente: Elaine Luísa de Faria, matrícula 21.941;

Gestor do Contrato

Titular: Regina Maria Franco Andere de Brito, matrícula 19.610.

14.7.12. Serão fiscais da SUPERINTENDÊNCIA MUNICIPAL DE ESPORTES:

Fiscalização Técnica

Titular: Sandra Cristina Bazoli de Moura (fiscal sanitaria), matrícula: 14776-1.

Suplente: João Bosco Guerra Pedrosa (veterinário), matrícula: 7117-1

Fiscalização Administrativa

Titular: Patrícia Marques de Carvalho - Matrícula 23.377

Suplente: Antônio Carlos de Moraes - Matrícula 12.720.

Gestor do Contrato

Titular: Luiz Henrique Andrade Duarte - Matrícula 21.988

Suplente: Fernanda Ayume Iwata Pereira - Matrícula 23.605.

14.7.13. Serão fiscais da SUPERINTENDÊNCIA MUNICIPAL DE RECURSOS MATERIAIS:

Fiscalização Técnica

Titular: Sandra Cristina Bazoli de Moura (fiscal sanitaria), matrícula: 14776-1.

Suplente: João Bosco guerra Pedrosa (veterinário), matrícula: 7117-1

Fiscalização Administrativa: Valmir Olivato - matrícula 22.606-1

Suplente: Elton Garcia - matrícula 22.594



Gestor do contrato: Adriana Mara dos Santos – mat. nº 13.985.

14.7.14. Serão fiscais da CHEFIA DE GABINETE:

Fiscalização Técnica

Titular: Sandra Cristina Bazoli de Moura (fiscal sanitaria), matrícula: 14776-1.

Suplente: João Bosco guerra Pedroso (veterinário), matrícula: 7117-1

Fiscalização Administrativa:

Titular: Leda Mara Pereira Miguel – matrícula 23385-1

Suplente: Arielen Sdeler - matrícula nº 23471

Fiscalização Setorial:

Titular: Cristiane Alves de Almeida – matrícula nº 23282-2

Suplente: Antonielle de Rezende – matrícula nº 15983.

Gestor do contrato

Titular: Renato Garcia de Oliveira Dias – matrícula 22655.

Suplente: Altieres de Abreu – matrícula nº 22663.

14.7.15. Serão fiscais da PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO:

Fiscalização Técnica

Titular: Sandra Cristina Bazoli de Moura (fiscal sanitaria), matrícula: 14776-1.

Suplente: João Bosco guerra Pedroso (veterinário), matrícula: 7117-1

Fiscalização Administrativa

Titular: Marcela Modesto Fermino, matrícula nº 23.389

Suplente: Brenda Oliveira Gianini, matrícula nº 23.419

Gestor do contrato



Titular: Jéssica Suellen Narciso, matrícula nº 23.416.

14.8. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila (Lei n.º 14.133/2021, Art. 115, §5º).

14.9. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

14.10. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

14.11. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

14.12. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei n.º 14.133, de 2021, Art. 117, caput).

14.13. Fiscalização Técnica

14.13.1. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração. (Decreto n.º 11.246, de 2022, Art. 22, VI);

14.13.2. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. (Lei n.º 14.133, de 2021, Art. 117, §1º, e Decreto n.º 11.246, de 2022, Art. 22, II);

14.13.3. Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção. (Decreto n.º 11.246, de 2022, Art. 22, III);

14.13.4. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso. (Decreto n.º 11.246, de 2022, Art. 22, IV);

14.13.5. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato. (Decreto n.º 11.246, de 2022, Art. 22, V). 6.7.5. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual (Decreto n.º 11.246, de 2022, Art. 22, VII).

14.14. Fiscalização Administrativa

14.14.1 O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário (Art. 23, I e II, do Decreto n.º 11.246, de 2022).

14.14.2. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência; (Decreto n.º 11.246, de 2022, Art. 23, IV).

14.14.3 Além do disposto acima, a fiscalização contratual obedecerá às seguintes rotinas:



14.14.4. (O planejamento da execução dos serviços, com planejamento de parada dos elevadores e tempo de execução determinado para a execução de cada serviço).

14.15. Gestor do contrato

14.15.1. O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração. (Decreto n.º 11.246, de 2022, Art. 21, IV).

14.15.2. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência. (Decreto n.º 11.246, de 2022, Art. 21, II).

14.15.3. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais. (Decreto n.º 11.246, de 2022, Art. 21, III).

14.15.4. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações. (Decreto n.º 11.246, de 2022, Art. 21, VIII).

14.15.5. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o Art. 158 da Lei n.º 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso. (Decreto n.º 11.246, de 2022, Art. 21, X).

14.15.6. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração. (Decreto n.º 11.246, de 2022, Art. 21, VI).

14.15.7. O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS:

15.1. Os serviços serão executados conforme demanda, de acordo com a necessidade das Secretarias e Superintendências participantes deste contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DIREITO DAS PARTES

16.1. Os direitos das partes contraentes encontram-se inseridos na Lei nº 14.1333, de 01/04/2021.

CLÁUSULA DÉCIMA SETIMA - CESSÃO DO CONTRATO E SUBCONTRATAÇÃO

17.1. A Contratada não poderá ceder o contrato, total ou parcialmente, a terceiros em nenhuma hipótese.

17.2. Não poderá, ainda, subcontratar, total ou parcialmente, o objeto central do contrato, inclusive dos itens para os quais, como requisito de habilitação técnico-operacional, foi exigida apresentação de atestados que comprovassem execução de serviço com características semelhantes. Para os demais serviços a subcontratação será admitida quando houver razões de ordem técnica que a justifique, mediante prévia aprovação do fiscal do contrato.



17.3. As subcontratações, caso autorizadas pelo Contratante, deverão se dar preferencialmente, junto às empresas que se enquadrem na condição de ME/EPP, conforme dispõe a Lei Complementar 123/2006 e o art. 4º da Lei nº 14.133/21.

17.4. Na ausência de empresas nessas condições - ME/EPP, a subcontratação poderá se dar de forma ampla.

CLÁUSULA DECIMA OITAVA – FORO

18.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Pouso Alegre, como competente para dirimir quaisquer questões oriundas do presente Termo de Contrato;

18.2. E por estarem justos e contratados, assinam o presente, por si e seus sucessores, em 03 (três) vias iguais e rubricadas para todos os fins de direito.

Pouso Alegre/MG, de xxxxxx de 2024.

**CONTRATADA
CONTRATANTE**

